

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Miguel Amorim Lopes

Aspirante a Oficial de Polícia

**A MULHER COMO TÉCNICA DE ORDEM PÚBLICA:
A SUA ACEITAÇÃO NO CORPO DE INTERVENÇÃO DA PSP**

Orientador:

Professor Norberto Rodrigues

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011

JOÃO MIGUEL AMORIM LOPES

Aspirante a Oficial de Polícia

A MULHER COMO TÉCNICA DE ORDEM PÚBLICA:

A SUA ACEITAÇÃO NO CORPO DE INTERVENÇÃO DA PSP

Dissertação Final de Mestrado Integrado em Ciências Polícias

XXIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Orientador:

Dr. Norberto Rodrigues

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011

A arte da guerra consiste em vencer um inimigo sem combater.

(Sun Tzu)

AGRADECIMENTOS

Finda esta etapa académica, não podia deixar de agradecer a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do presente trabalho.

Ao ISCPSI, pelos cinco anos de formação académica, profissional e pessoal.

Ao XXIII CFOP, por ter sido o meu suporte ao longo deste percurso.

Ao meu orientador, Dr. Norberto Rodrigues, por ter aclarado o caminho a seguir ao longo de todo o trabalho.

A todos os operacionais do Corpo de Intervenção pela prontidão com que me receberam, mostrando que é o detalhe que faz uma grande *casa*.

À Sra. Comissário Élia Chambel, pela pressão necessária.

Ao Sr. Super-Intendente José Ferreira de Oliveira, à Sra. Subinspectora Pilar Rodriguez Castro, ao Sr. João Reganha Torrado, à Sra. Marta Silva e ao Sr. António Ribeiro, que evidenciaram interesse e disponibilidade para a prossecução dos objectivos deste trabalho.

RESUMO

Às Forças de Segurança está, hoje em dia, implícito um jogo relacional de difícil execução: manter a ordem sustentável, sem interferir com os direitos fundamentais das pessoas. Desta maneira, face ao paradigma da sociedade actual, urge encontrar soluções que optimizem a actuação das Forças no terreno, nomeadamente, em cenários de manifestações. Assim, face às características individuais da mulher na nossa sociedade, é chegado o momento de reflectir acerca da sua utilização como Técnica de Ordem Pública.

Perante isto, e porque as mudanças organizacionais não podem ser bruscas, torna-se imperativo conhecer, qual a opinião dos elementos policiais que mais de perto lidam com o fenómeno manifestante. Só assim, se poderá perceber a possível aceitação da mulher em unidades policiais responsáveis pela manutenção e reposição da ordem pública.

Palavras-chave: manifestações, técnico de ordem pública, mulheres, cultura organizacional.

ABSTRACT

Nowadays, Security Forces have a difficult game to play: to maintain the order without interfering with the fundamental rights of people. Thus, and facing the current society paradigm, it is imperative to find solutions in order to optimize the action of Forces on the ground, particularly in manifestation scenarios. So, considering women characteristics and role in our society, it is time to reflect on their performance as a Technician of Public Order.

Before this situation and because organizational changes cannot be abrupt, it is urgent to know the police officers' opinion since it is them who most closely deal with those manifestation scenarios. Only this way, it will be possible to know whether women are accepted to join the police units responsible for the maintenance and replacement of the public order.

Key words: manifestations, technicians of public order, women, organizational culture.

LISTA DE SIGLAS

CGTP-IN: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CI: Corpo de Intervenção

CNP: Cuerpo Nacional de Policía

CO: Cultura Organizacional

CRP: Constituição da República Portuguesa

DN: Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

FO: Forças da Ordem

FS: Forças de Segurança

LOPSP: Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

OP: Ordem Pública

PIPP: Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

PSP: Polícia de Segurança Pública

UEP: Unidade Especial de Polícia

UIP: Unidad de Intervención Policial

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - AMOSTRA.....	9
GRÁFICO 2 - CATEGORIA PROFISSIONAL	9
GRÁFICO 3 - ESCALÕES ETÁRIOS	10
GRÁFICO 4 - ANTIGUIDADE.....	10
GRÁFICO 5 - ESTADO CIVIL	10

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	11
TABELA 2 - FACILIDADE/DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS FEMININOS	47
TABELA 3 - FAVORABILIDADE NA INTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS FEMININOS	48
TABELA 4 - VALORES RELACIONADOS COM A INTERVENÇÃO DAS FO..	48
TABELA 5 - CONSISTÊNCIA INTERNA	49
TABELA 6 - TESTES DE KRUSKAL-WALLIS	50
TABELA 7 - TESTE DE TUKEY	50
TABELA 8 - TESTE DE TUKEY	51
TABELA 9 - TESTE DE TUKEY	51
TABELA 10 - TESTE DE TUKEY	51
TABELA 11 - TESTES DE MANN-WHITNEY	52
TABELA 12 - TESTES DE KRUSKAL-WALLIS	53
TABELA 13 - TESTE DE TUKEY	54
TABELA 14 - TESTE DE TUKEY	54
TABELA 15 - TESTES DE MANN-WHITNEY	55

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I – DA INVESTIGAÇÃO PROPOSTA

1.1. OBJECTIVOS	3
1.2. HIPÓTESES EM ESTUDO.....	4
1.3. QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO	4
1.4. MÉTODO	5
1.5. POPULAÇÃO E AMOSTRA	8

CAPÍTULO II – DA ORDEM PÚBLICA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1. LIBERDADE, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.....	12
2.2. DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.....	16
2.2.1. <i>A necessidade de utilização de técnicos de manutenção e reposição da Ordem Pública</i>	20
2.3. DO FENÓMENO MANIFESTANTE EM PORTUGAL	21
2.4. CONCLUSÃO CAPITULAR	27

CAPÍTULO III – A MULHER E A SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL

3.1. ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEPTUAL	28
3.1.1. <i>Do Estereótipo</i>	28
3.1.2. <i>Da Masculinização da Profissão</i>	30
3.2. A MULHER NA POLÍCIA	31
3.2.1. <i>A contribuição da mulher para os valores da polícia actual</i>	31
3.2.2. <i>A Mulher na PSP</i>	34
3.3. A MULHER POLÍCIA NO MUNDO	37
3.4. A MULHER EM UNIDADES ESPECIAIS DE INTERVENÇÃO – CONTRIBUTO PARA A IGUALDADE	39

CAPÍTULO IV – O CORPO DE INTERVENÇÃO

4.1. DA CULTURA ORGANIZACIONAL.....	42
4.1.1. <i>Os componentes da cultura organizacional</i>	43
4.2. CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	45
4.2.1. <i>A Polícia de Segurança Pública</i>	45
4.2.2. <i>A Unidade Especial de Polícia</i>	45

4.2.3. <i>O Corpo de Intervenção</i>	46
4.3. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	47
CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA	61
ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

As irrefutáveis provas de que o homem faz da violência parte substancial da sua história, e que sempre despertou ao longo dos tempos os seus instintos biológicos com a finalidade de lograr os seus objectivos - acabando por vezes por colidir com os direitos dos seus semelhantes -, levantam diversas contrariedades. Entre elas, a necessidade de precisar de se encontrar balizado nas suas acções, seja pela ordem social, seja apenas pelo conjunto de valores do grupo ou sociedade onde se encontra inserido.

Embora todos os precedentes dos quais fizeram parte a execução de uma violência assumida, hoje, nas sociedades modernas, tal violência apenas existe disfarçadamente, sendo compreendida e atenuada por mecanismos que sustentam a dinâmica social das nossas sociedades. Assim, tais mecanismos não condicionam apenas a dinâmica instintiva a que nos referimos anteriormente como de carácter biológico, mas também, toda a evolução organizacional e sociocultural (Machado, 2009).

É neste contexto que surgem as manifestações. Não são mais que um mecanismo de regulação de tensões acumuladas, indispensáveis a organizar a vida colectiva na sociedade moderna com um Estado de Direito Democrático. Perante isto, a violência e o Estado andam associados, adoptando a regulação como maneira de evitar o conflito. Contudo, nem sempre nesta conjuntura, a gestão do conflito é feita da melhor maneira. Então, as restrições e proibições que tentam abrandar o controlo social vêm-se infrutíferas, tendo que fazer-se uso da violência com vista a assegurar a estabilidade e a segurança daqueles que apreciam a ordem.

Diante deste antagonismo, surgem as Forças de Segurança (adiante FS). Fazendo parte do aparelho do poder, têm que fazer cumprir aquilo que está dentro do quadro legal, sem poder ferir aquilo que está assente no quadro democrático. Ora, perante tarefa de tão difícil execução, urge, hoje em dia, por parte das FS, pensar em técnicas, tácticas, e até filosofias, que permitam fazer cumprir a sua missão de forma a conseguir com que sejam atingidos os objectivos de todos os intervenientes sociais. Por um lado, os do Estado que procura a ordem sustentável, pelo outro, os do cidadão que procura dar a conhecer as suas exigências. Ambos essenciais e necessários para assegurar a soberania popular num Estado de Direito.

Por tudo isto, cremos que, por Portugal ser assumidamente um país de *brandos costumes*, onde *à priori* o direito de manifestação se exerce sem incidentes, o principal

objectivo das Forças da Ordem (adiante FO) – que se vêem em cenários de manutenção ou reposição da ordem pública (adiante OP) -, não deverá ser a repressão com vista à reposição da OP, mas sim, a prevenção com vista à manutenção da OP. Por tal, acreditamos que uma das tácticas fulcrais no nosso país para lidar com manifestantes, deveria ser o diálogo, com vista à dissuasão de incidentes e como caminho para atingir os objectivos (na medida do possível) de todos.

É com base nisto que se tentará fazer uma abordagem à construção social da mulher - passando pelos estereótipos sociais que culminam na distinção entre os papéis sociais e a escolha de profissões ditas masculinas -, até chegar a uma abordagem mais profunda da mulher na polícia. Assim, tentar-se-á compreender os benefícios que poderão trazer a instituições que lidam directamente com o cidadão, bem como, de que maneira é que elas, através da igualdade institucional poderão contribuir para a igualdade social.

Será então a perspectiva da mulher como técnica de OP que nos fará abordar a mulher em unidades de intervenção. Só depois disto, e pelo facto de na Polícia de Segurança Pública (adiante PSP) elas ainda não terem conquistado esta vertente, partiremos para uma pequena abordagem à cultura organizacional (adiante CO) do Corpo de Intervenção (adiante CI), pois, só tentando compreender as componentes daquela CO, se conseguirá partir para um estudo exploratório que nos permitirá identificar os problemas que se poderão colocar com a possível entrada da mulher naquela subunidade.

Desta maneira, para além da questão essencial da nossa investigação, tentaremos definir objectivos que se prendam com aquilo que é a OP em Portugal e a actuação das FS, passando pelo papel social e policial da mulher (onde faremos uma abordagem da mulher como técnica de OP), até à percepção daquilo que é a subcultura organizacional do CI. Depois desta introdução teórico-conceptual, avaliando as variáveis que influenciam a opinião dos elementos desta subunidade acerca da mulher na PSP; da mulher polícia em cenários de manutenção ou reposição da OP; e logo, da mulher no CI, tentaremos apurar a veracidade das várias hipóteses colocadas inicialmente. Para isto, seguir-se-á o método e os procedimentos que constarão no I capítulo.

CAPÍTULO I – DA INVESTIGAÇÃO PROPOSTA

No capítulo que se segue far-se-á uma abordagem à investigação que nos propomos a fazer. Desta maneira, faremos referência aos objectivos gerais e específicos que pretendemos atingir como caminho para alcançar o nosso objectivo central. Depois, comentaremos qual o modelo proposto por nós, tendo em conta que para além da parte explorativa do nosso estudo, existirá sempre outra teórico-conceptual, suporte de todo o trabalho apresentado. Nesta mesma linha, apresentar-se-ão as hipóteses do estudo e a questão da investigação, tentando sempre remete-las para a respectiva fundamentação teórica. Não só porque nos parece necessário e mais completo, mas também, porque uma argumentação pronta e disponível ao leitor, possibilitará logo a exclusão de qualquer dúvida surgida.

Ainda neste capítulo, faremos uma referência obrigatória a todo aquele que será o método a utilizar, desde a caracterização da amostra, passando pelos instrumentos e medidas a utilizar, até à menção do procedimento que se fará na aplicação do instrumento.

1.1. OBJECTIVOS

O objectivo principal da presente investigação está intimamente ligado ao conteúdo do campo exploratório da nossa investigação, referindo-se sobretudo à aceitação da mulher no CI da PSP. No entanto, tendo em conta que de uma investigação não faz apenas parte a exploração, outros objectivos surgiram associados a toda a conjuntura que acabamos de mencionar. São eles:

1. Perceber de que maneira a OP está intimamente ligada aos Direitos Fundamentais;
2. Perceber de que maneira as FS em Portugal gerem fenómenos de manutenção ou restituição da OP;
3. Perceber o fenómeno manifestante no nosso país;
4. Perceber o papel da mulher na nossa sociedade e o porquê da sua integração em profissões ditas masculinas, bem como, a interferência disto naquilo que se considera a igualdade social;
5. Perceber comparativamente, qual o número de mulheres na PSP.

No que respeita aos objectivos específicos e concretos da investigação, são eles:

1. Perceber qual a opinião dos elementos do CI acerca do papel da mulher na PSP, tendo em conta diversas variáveis;
2. Perceber quais os supostos entraves à integração da mulher no CI.

1.2. HIPÓTESES EM ESTUDO

As hipóteses são afirmações formuladas provisoriamente que nos propomos verificar a sua veracidade, independentemente de serem confirmadas ou infirmadas aquando da análise dos dados recolhidos. Tratam-se então de meras suposições, resultantes de uma leitura flutuante antes de se partir para a análise concreta dos temas e dos dados. Assim, neste trabalho procurar-se-á testar a veracidade das nossas afirmações iniciais, que apesar de poderem parecer ingénuas, serão essenciais na condução e delineação do nosso estudo. Surgem então as seguintes hipóteses:

H1: A função desempenhada pelos elementos do CI influencia a opinião sobre a facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos na PSP.

H2: Os indivíduos mais novos têm uma opinião mais positiva acerca da integração dos elementos femininos na PSP.

H3: O nível académico dos elementos do CI influencia a opinião acerca da facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos na PSP.

H4: Os valores dos elementos do CI (mais conservadores ou mais liberais) influenciam a sua opinião relativamente à facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos na PSP.

1.3. QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO

Neste estudo, tentar-se-ão aferir algumas variáveis que poderão influenciar as respostas às nossas questões. Através da caracterização sócio-demográfica apuraremos: a

idade, o estado civil e as habilitações literárias dos inquiridos. Através da caracterização profissional apuraremos: a categoria profissional a que pertencem (posto) e a antiguidade na PSP.

Passada esta primeira parte, tentaremos apurar qual a opinião dos elementos inquiridos sobre a integração da mulher na PSP, assim, serão apresentados dois quadros com cinco opções de resposta que não farão qualquer menção à OP ou à integração da mulher no CI. Tão só se querará obter aí, o que pensam os elementos acerca da integração da mulher, seja por conhecimento actual, ou por vivências anteriores que tenham tido aquando da sua passagem pelas esquadras¹. Só depois disto se apresentará outro quadro, igualmente dividido em cinco opções de resposta, e onde se procurará saber qual a opinião dos elementos acerca da postura que a subunidade deve adoptar em cenários de manutenção ou restituição da OP. Ainda neste último quadro, far-se-ão constar algumas questões sobre o desempenho da mulher como técnica de OP.

O objectivo será avaliar todas as variáveis enunciadas na caracterização sócio-demográfica e na caracterização Profissional, relacionando-as com as respostas obtidas nos quadros da segunda parte do questionário. Só depois disto se tentará responder à seguinte questão:

Será que neste momento, a mulher como Técnica de Ordem Pública será aceite no CI da PSP?

1.4. MÉTODO

Mediante o tipo de estudo a fazer, tem que delinear-se a investigação e as linhas de acção que melhor poderão responder às questões que queremos ver esclarecidas, neste caso, a questão fundamental, os objectivos, e as hipóteses formuladas.

Assim, numa primeira parte da nossa investigação em que pretendemos fundamentar toda a literatura por nós revista, utilizaremos entrevistas de modo a podermos tirar mais e melhores conclusões acerca das temáticas que pretendemos ver esclarecidas. Para tal, serão feitas quatro entrevistas de carácter semi-directivo, com vista a ir de encontro às temáticas teórico-conceptuais que achamos de maior pertinência. As primeiras

¹ Para se prestar serviço no CI os elementos têm que ter um mínimo de tempo (consoante a sua categoria) de serviço efectivo na PSP.

duas entrevistas que faremos (Super-Intendente Ferreira de Oliveira da PSP e João Torrado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – adiante CGTP), tentarão alicerçar alguns pontos do nosso segundo capítulo, mais concretamente no que concerne ao fenómeno manifestante em Portugal e à actuação das FS na condução de manifestações. O objectivo será então ter uma panorâmica destas vertentes de lados distintos, por um lado um entrevistado perito em OP e na actuação por que se devem pautar as FS, por outro lado, a opinião de um dirigente de uma das maiores organizações do nosso país no que respeita à organização de manifestações.

Uma terceira entrevista será feita a um membro da Comissão para a Igualdade do Género, esta porém, com o intuito de percebermos até que ponto a sua opinião vai de encontro àquilo que consideramos a igualdade de género, quer na sociedade em geral, quer nas FS, e em particular na PSP. Por último, com vista a esclarecer algumas dúvidas acerca da integração das mulheres em unidades especiais de intervenção, tentaremos saber, qual a opinião de um elemento do Cuerpo Nacional de Policía (adiante CNP), que já tendo feito parte da Unidad de Intervención Policial (adiante UIP) daquele corpo de polícia, nos poderá elucidar da admissão, formação e integração em serviços operacionais das mulheres em tais unidades. Não obstante, em tal método não será feita nenhuma análise pormenorizada ao conteúdo daquilo que foi dito, tão só se fará uma análise de opinião com vista a preencher lacunas sobre temas que achamos pertinentes esclarecer.

Já na parte explorativa do nosso estudo, o método de recolha de dados será outro. Aqui, tentar-se-á fazer uso de procedimentos estatísticos para chegar aos resultados da descrição e verificação de relações entre diversas variáveis. Para isto, foi elaborado um instrumento de colheita de dados (Inquérito por questionário), a fim de recolher a informação necessária à realização do trabalho.

O questionário (anexo I) é constituído por três partes. A primeira parte tem como objectivo fazer a caracterização sócio-demográfica dos inquiridos, através da idade, do estado civil e das habilitações literárias que possuem. A segunda parte visa caracterizá-los profissionalmente através da categoria profissional que ocupam e da antiguidade que têm na instituição PSP. Por último (terceira parte), através de uma escala tipo Likert, tentar-se-á saber qual o grau de concordância dos elementos com as afirmações colocadas. Esta parte é a mais extensa e será aquela que nos permitirá tirar conclusões acerca da integração dos elementos femininos na PSP e nas suas funções policiais (primeiro e segundo quadro), bem como, perceber qual a opinião dos elementos do CI sobre a actuação das FO em situações

de manutenção ou reposição da OP, fazendo a partir daqui, uma extrapolação acerca dos valores (mais ou menos liberais) que têm acerca da actuação nos casos referidos.

Por ser um questionário formulado com base na revisão da literatura, as questões não obedecem necessariamente a uma ordem de maior ou menor importância, pelo que, haverá questões que serão analisadas isoladamente com as variáveis, de modo a servirem de apoio à obtenção dos resultados que se pretendem.

Antes da aplicação do questionário foi feito um pedido de autorização ao Sr. Comandante da Unidade Especial de Polícia (adiante UEP), sendo dado despacho afirmativo e difundido à subunidade CI.

Após a elaboração deste instrumento de recolha de dados (com o intuito de se verificar a operacionalidade), foi feito um pré-teste a dez elementos da subunidade com vista a verificar se seria necessário corrigi-lo ou modificá-lo. Não sendo necessário, e estando confirmada a operacionalidade do instrumento, procedeu-se então ao contacto com o Sr. Comandante do CI de modo a definir datas à aplicação do questionário aos grupos daquela unidade. Os questionários foram então aplicados entre os dias 25 e 27 de Março de 2011 numa das salas de aulas daquela subunidade, sendo entregues aos inquiridos em mão pelo investigador. Antes do preenchimento, os inquiridos foram informados dos objectivos do estudo, da confidencialidade das respostas e da forma de preenchimento, dando-se um espaço para a colocação de dúvidas. Depois disto, e do preenchimento, os questionários foram igualmente recolhidos pelo investigador.

Para a análise dos dados quantitativos obtidos, utilizou-se o programa informático Statistical Package Social Sciences – SPSS 18.0 na versão para Windows.

De modo a se conseguir analisar quantitativamente os dados, achou-se inicialmente a fiabilidade da escala através do Alpha Cronbach; em seguida, procedeu-se à análise da frequência e percentagem de respostas aos vários itens do questionário, bem como, à análise descritiva. Por último, e como objectivo final, foram testadas as hipóteses e a existência de relações significativas entre as variáveis.

1.5. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Apesar da integração do CI na UEP e na sua instituição mãe (PSP), não nos parece necessário nem importante, definir a UEP, e muito menos a PSP, como o nosso universo de estudo. Pelas características especiais (como enunciaremos em capítulo próprio) que esta subunidade operacional possui, achamos apenas pertinente considerá-la a nossa população alvo da nossa recolha de dados. Então, a população que inicialmente definimos, ver-se-ia significativamente reduzida aos 746 elementos policiais do CI de Lisboa, Porto e Faro.

Não obstante esta redução do universo (assente no facto de ser o CI a subunidade especialmente destinada a lidar com alterações de OP), constatamos que não tínhamos recursos para recolher e analisar dados de todos os casos do universo alvo, pelo que, retiramos uma amostra do nosso universo final, tentando extrapolá-la ao universo total. Assim, tendo como base que entre os anos 2000 e 2008 ocorreram 5.085 manifestações e 2.684 delas foram no distrito de Lisboa, achamos apenas conveniente retirar a nossa amostra do efectivo dos grupos operacionais de Lisboa, por serem aqueles que lidam mais vezes e directamente com o fenómeno manifestante².

Para isto, utilizou-se o método de amostragem aleatória simples, através da *técnica da lotaria* (Hill & Hill, 2009). Foram feitos cinco papelinhos³ contendo o número correspondente a cada grupo operacional do CI, que depois de misturados dentro de uma caixa se retiraram três aleatoriamente, sendo o resultado, os grupos números 1, 4 e 6. Apesar de toda esta aparente facilidade, ainda nos deparamos com mais alguns problemas, no entanto, desta vez relacionados com questões de serviço em que os ditos grupos estavam empenhados. Por isto, escolhemos três dias em que esses grupos iriam render consecutivamente o serviço naquela subunidade, e depois de feita a formatura de grupo⁴, os elementos operacionais foram encaminhados para uma sala a fim de preencherem o questionário. Nesta fase, excluíram-se os elementos que por diversas razões de serviço e pessoais, apesar de fazerem parte do grupo, não puderam estar presentes.

Feito tudo isto, a nossa amostra teve 161 elementos pertencentes ao CI Lisboa, todos a prestar serviço operacional que por conveniência de serviço se encontravam no

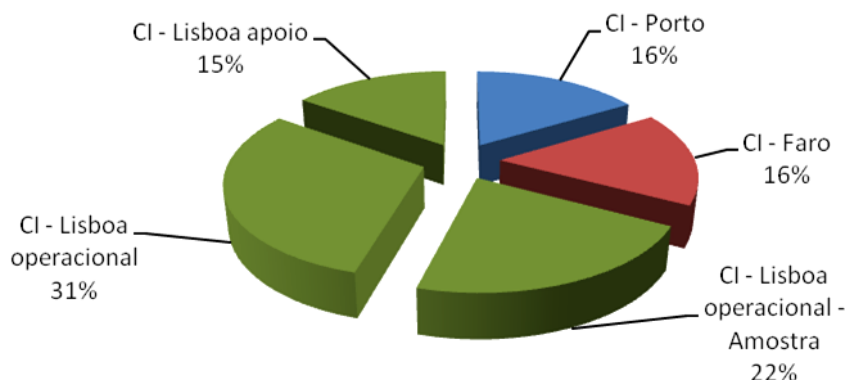
² Não obstante os grupos operacionais destacados poderem ser chamados para reforço do policiamento em Lisboa, como vimos em Novembro de 2010 por ocasião da Cimeira NATO.

³ Apesar dos grupos operacionais do CI estarem identificados de 1 até 6, o grupo numero 2 está inactivo.

⁴ Aproveitamos este acto solene para conseguirmos reunir os elementos a inquirir.

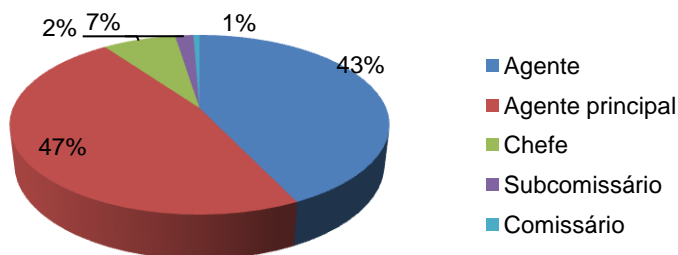
momento do inquérito a prestar serviço dentro da unidade, representando assim, 22% do total do efectivo do CI, como de resto demonstra o gráfico que se segue.

GRÁFICO 1 - AMOSTRA



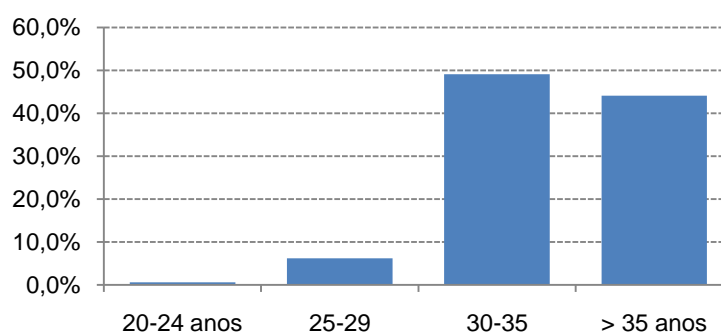
Quanto à distribuição por categorias profissionais, ela pode ser apreciada no gráfico n.º 2. Quase metade da amostra (47,0%) tem a categoria profissional de Agente Principal, seguem-se os Agentes (43,0%) e os Chefes (7,0%). Quanto aos Oficiais (com a categoria profissional de Subcomissário e Comissário) a amostra resume-se a uns meros 3% dos inquiridos, razão pela qual, não será feita por nós um análise específica a esta classe.

GRÁFICO 2 - CATEGORIA PROFISSIONAL



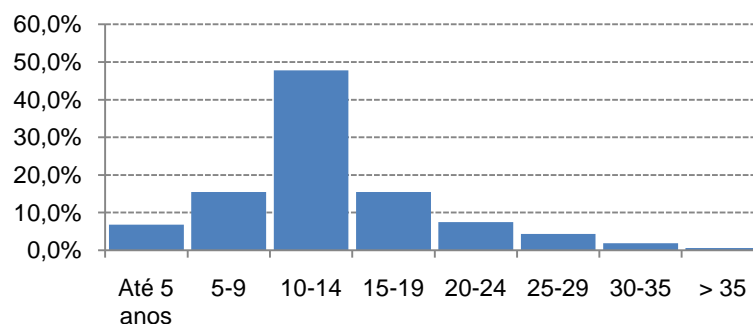
Relativamente à idade, os mais novos representam apenas 0,6% do total e os mais velhos (≥ 35 anos) representam 44,1%. O escalão etário predominante é o escalão dos 30-35 anos (49,1%). Como de pode ver no gráfico que se segue.

GRÁFICO 3 - ESCALÕES ETÁRIOS



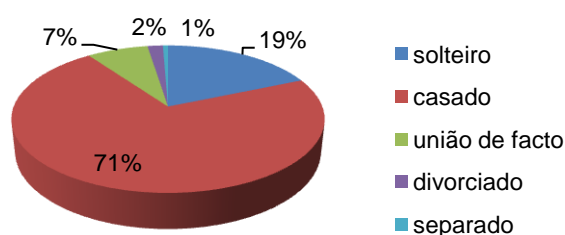
A análise da distribuição da antiguidade revela uma maior percentagem de sujeitos no escalão 10-14 anos (47,8%). Os sujeitos com menos tempo a prestar serviço na PSP apenas perfazem 6,8%, enquanto aqueles que tem mais de 30 anos na PSP fazem um total de 2,5%, percentagem possivelmente baixa devido à exigência física que comportam as funções nesta subunidade.

GRÁFICO 4 – ANTIGUIDADE NA PSP



No que respeita ao estado civil, os casados estão claramente em maioria e perfazem 71,0% do total. Seguem-se os inquiridos solteiros (19,0%) e os em união de facto (7,0%). Os divorciados e os separados apenas fazem um total de 3% no seu conjunto.

GRÁFICO 5 - ESTADO CIVIL



No que se refere à escolaridade, constata-se que a maioria tem o 12º ano (72,0%), enquanto os inquiridos com o ensino superior totalizam 13,0%. De referir também que, os indivíduos com o 11º ano ou um grau académico mais baixo, apenas assumem 6,8% do total de inquiridos.

TABELA 1 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
4 anos de escolaridade	1	,6	,6	,6
6 anos de escolaridade	2	1,2	1,2	1,9
9 anos de escolaridade	10	6,2	6,2	8,1
11 anos de escolaridade	11	6,8	6,8	14,9
12 anos de escolaridade	116	72,0	72,0	87,0
Bacharelato ou curso médio	10	6,2	6,2	93,2
Licenciatura/Pós-graduação	9	5,6	5,6	98,8
Mestrado	2	1,2	1,2	100,0
Total	161	100,0	100,0	

CAPÍTULO II – DA ORDEM PÚBLICA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A sociedade democrática assenta no primado dos direitos fundamentais e nunca da ordem pública, a qual não é um fim em si mesma, tão-só um meio instrumental.

(Pedro Clemente)⁵

2.1. LIBERDADE, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

A cidade é um espaço dinâmico e vivo dotado de relações, entre elas, a do cidadão com o Estado. Nesta, o primeiro procura satisfazer muitas das suas necessidades e carências através do segundo⁶, o que leva à geração de um protesto ritualizado (Clemente, 2006). No entanto, pese embora o facto de a sociedade aceitar e tolerar o protesto como meio e fundamento para a obtenção daquilo que deseja, ela torna-se-lhe adversa quando da acção daquele resulta uma desordem destrutiva.

Como tal, num Estado de Direito Democrático⁷ geram-se conteúdos normativos que permitam o protesto, aumentando o sentimento de liberdade. Por outro lado, nem o estado nem o cidadão, abdicam da sua segurança, gerando-se então uma dicotomia entre dois valores protegidos constitucionalmente⁸. Segundo Clemente: *a adopção cega da política securitária causa sempre a erosão dos direitos fundamentais dos cidadãos* (2006 p. 130). A fragilidade, a susceptibilidade de serem atingidos e a possibilidade de choque que estes direitos assumem, merecem especial atenção, não só porque são pilares essenciais da democracia, mas também, porque se protagonizam no conjunto de valores centrais duma sociedade, em que a estabilidade de ambos depende do entendimento que a comunidade e as autoridades administrativas tiverem deles. Então, a liberdade garante ao cidadão o poder de escolher livremente o seu comportamento, contudo, por não ser um direito absoluto, só pode ser exercido se o Estado garantir as condições mínimas de segurança, resultando isto

⁵ Clemente, P., (2009). A Ordem em Público. In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (p. 127). Coimbra: Almedina.

⁶ Cada vez mais na sociedade actual temos um Estado em prol do cidadão que procura gerir as necessidades do cidadão e manter um equilíbrio entre o seu contentamento e a sua frustração. O subsídio de desemprego (Decreto-Lei 220/2006, de 03 de Novembro – Regime geral de protecção social no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem) e o rendimento social de inserção (Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio de 2003) são um exemplo do jogo relacional que mantém as políticas sociais.

⁷ Cfr. art. 2.º da CRP.

⁸ Cfr. art. 27.º da CRP.

numa crise de valores aceites actualmente na sociedade do risco⁹. Face ao sentimento de insegurança, a sociedade moderna exige então a aplicação de estratégias securitárias promotoras de segurança, nunca descurando a liberdade. Isto faz da segurança um valor - meio para atingir a liberdade (valor – fim), ou seja, o cidadão só é livre em segurança.

Muito mais complexo que as definições e inter-relação de conceitos que observamos anteriormente, é a conciliação desses conceitos por parte do cidadão e das FS no terreno. Quando um cidadão não cumpre os limites impostos aos seus direitos, está a comprometer a liberdade de outros, tornando-se necessária a intervenção estatal. Aqui surgem as FS; tentam lidar com a falta de consciência que os cidadãos têm dos limites e das condições da efectivação da sua liberdade, e procuram responsabilizar aqueles que abalam a segurança do Estado ou mesmo de qualquer outro cidadão, ainda que para isso tenham que limitar a liberdade do prevaricador. Ao cidadão não lhe é pedido muito, apenas que determine até que ponto está disposto a conceder parte da sua liberdade individual em detrimento de mais segurança, tendo que consciencializar-se da relação de interdependência inevitável e necessária de que a segurança há-de ser sempre condição da liberdade.

Ainda neste contexto, as FS justificam a sua intervenção porque se trata de proteger direitos fundamentais, não podendo aqui assumir jamais uma forma privatizada¹⁰. Perante tal imposição legal¹¹, adoptam-se medidas de polícia¹², podendo deixar transparecer a supremacia do direito à segurança em prejuízo do direito à liberdade, no entanto, o objectivo não é descurar nenhum dos direitos, mas sim, garantir que exista uma OP criadora de segurança que tenha como consequência o aumento da liberdade (Fortes, 2006).

Às FS, e consequentemente à PSP, é pedido a manutenção da OP¹³. Por isto, procuraremos agora definir e estudar o fenómeno OP de maneira a poder relacioná-lo

⁹ Sobre este assunto *vide*: Beck, U., (1992). *Risk Society. Towards a new modernity*. Sage Publications. Beck, U., Giddens, A. & SLash, S. (1994). *Reflexive Modernization. Politics, traditions and Aesthetics in the Modern Social Order*: Polity Press. Silveira C., (2008). *Obsessão Securitária na Sociedade do Risco: Segurança Pública e Resposta Simbólica: Santa Maria*.

¹⁰ A polícia por vezes assume a sua privatização em diversos serviços remunerados prestados aos privados, no entanto, o fim de tais serviços é sempre o mesmo, manter a ordem e a tranquilidade públicas, prevenir determinado tipo de criminalidade, bem como, aumentar o sentimento de segurança. (Por ter carácter Reservado, não fizemos aqui constar a norma que a PSP definiu para tais serviços).

¹¹ Cfr. art. 1.º n.º 1 da Lei 53/2007 que aprova a LOPSP.

¹² As medidas de polícia são as previstas na lei, cfr. art. 272.º n.º 2 da CRP.

Sobre isto *vide*, capítulo V da Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008) sobre medidas de polícia.

¹³ Cfr. art. 3.º n.º 2 al.) b da LOPSP.

directamente com a segurança, e, para mais tarde integrá-lo como justificação da actuação das FS.

A OP, sendo facilmente sentida quando já experienciámos uma realidade de desordem, é muito difícil de ser definida (Oliveira, 2000). A sua noção assenta num conceito metajurídico variando conforme a tradição político-jurídica de cada país. Tal como Ferreira de Oliveira alerta, não existe ainda no direito português uma definição de OP, porém, quer no direito privado, quer no público, existe sempre uma referência a tal bem jurídico (2000). A esta integração do bem jurídico na soberania do Estado junta-se Sousa Franco (1993, p.127) quando a define em Portugal como: *um conjunto de requisitos extra-jurídicos, porventura pré-jurídicos, mas não alheios ao jurídico, sem os quais não poderiam funcionar as instituições do Estado e da sociedade civil e não poderiam ter efectivação concreta os direitos das pessoas*. Na mesma linha de pensamento está Jorge Miranda (1994, p.5) dizendo que consiste no: *Conjunto de condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos individuais....* Ainda segundo o último (1994), não podemos assumir uma posição estática quando buscamos na letra da lei uma ajuda para a definição deste conceito, mas antes, temos que conseguir lê-lo nas *entrelinhas* de expressões como: legalidade democrática, ordem constitucional democrática e segurança interna¹⁴.

Como vimos, a definição de OP pode assumir um sentido extremamente lato, estando associada ao funcionamento das instituições, ao efectivo cumprimento dos direitos, liberdades e garantias, bem como, à segurança, tranquilidade e salubridade públicas. Não obstante, ela pode também assumir um carácter mais operacional. Nesta vertente, são tidos em conta elementos como o carácter colectivo das interacções, a localização, o tempo, os níveis de irritabilidade e a violência, sendo que, se forem idóneos a condicionarem a normalidade da vida quotidiana, existe OP (Felgueiras, 2006).

Nesta linha, com vista a proporcionar os direitos fundamentais que temos vindo a apontar, o Estado permite por meio de normas que visam balizar a liberdade de uns em relação à de outros, as associações, reuniões e manifestações. São nestes parâmetros que o Estado atribui discricionariedade ao cidadão, deixando-o decidir acerca do seu direito de liberdade, desde que ele se enquadre responsavelmente, ou seja, que não interfira com a

¹⁴ Sobre a legislação que menciona directamente a OP *vide*: art. 22.º n.º 1, art. 182.º e 280.º do Código Civil; Capítulo V do Código Penal – *Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas*; art. 29.º n.º 2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem; art. 9.º n.º2 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem; art. 2.º da LOPSP; art. 1.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana; art. 1.º da Lei de Segurança Interna; art. 1.º do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto; art. 12.º da Lei n.º 60/93 de 3 de Março alterada pelo Decreto-Lei n.º 250/98 de 11 de Agosto.

liberdade de outrem. Com isto, à autotutela presente nas reuniões (responsabilidade privada) onde ao particular lhe é imposto a manutenção da ordem em privado¹⁵, contrapõem-se a autotutela pública presente nas manifestações, onde a força pública deve estar presente com o fim de assegurar a segurança dos manifestantes. É expresso então que - alargando o conceito de ordem social ao de OP –, devemos associá-la à actividade administrativa de polícia, não podendo esta agir unilateralmente através do exercício de actos de autoridade limitadores ou restritivos dos direitos e liberdades do cidadão (Canas, 2005).

Pelo exposto, podemos dizer seguramente, que a segurança está relacionada com a ordem. Numa dupla vertente, Sérgio Felgueiras (2009) distingue-a física e psicologicamente. Na primeira, quanto a nós, encontram-se englobados todos os actos susceptíveis de fazerem temer o cidadão a assumir a sua liberdade na íntegra (actos de violência, limitações...); na segunda, está tudo aquilo que poderá ser corolário da primeira, ou seja, depois da experiência do abalo da segurança física, o conforto e a estabilidade a que a pessoa está habituada são afectados. Pese embora esta estreita relação, partindo nós da premissa que na sociedade actual a experiência nem sempre é a primeira fonte de conhecimento, a segunda (vertente física) pode surgir sem a primeira (vertente psicológica), o que leva ao desempenho proactivo por parte de quem quer que tal sentimento não seja assumido na sociedade.

Em jeito de conclusão, é patente a ideia de que a segurança pública é um aspecto da OP, sem nunca deixar de ser uma necessidade humana. Por sua vez, à polícia enquanto serviço público, já não se exige apenas a protecção coerciva dos direitos dos cidadãos, mas também, que assegure um clima de paz, convivência e confiança mútua (Oliveira, 2006). Sobre esta dimensão da segurança¹⁶ afirma também Clemente (2006, p.126): *...as forças de segurança agem em domínios que extravasam a conservação da ordem em público.* Assim, a tarefa complexa de garantir a ordem e a segurança é uma actividade policial delicada, pois é marcada pela coacção e mediação face a uma sociedade cada vez mais sensível à violência (Fortes, 2006).

¹⁵ Segundo o art.10.º do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto.

¹⁶ Sobre as várias dimensões da segurança *vide*, Espírito Santo, P. (2005). Sondagens à ordem pública e segurança: insuficientes para a democracia. In G. Valente (Org.), *Volume Comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências e Segurança Interna*. (pp. 289-310). Coimbra: Almedina.

2.2. DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

É chegado o momento de situar a polícia em toda esta conjuntura, no entanto, mais fácil não poderia ser esta inclusão, senão estivesse presente no consciente de toda a nossa sociedade que esta é a instituição de controlo social, reguladora da conflitualidade e um dos instrumentos na administração da *polis*¹⁷ (Dias, 2001). As FS - integradas nos serviços da administração pública – têm então, a obrigação de criar as condições necessárias para permitir o alcance das metas comunitárias (Felgueiras, 2009), assumindo antes de qualquer outro serviço estatal, o objectivo de prevenir o perigo adoptando uma postura proactiva sempre voltada para a protecção dos bens jurídicos colectivos e individuais (Lucas, 2009).

Nesta vertente, a actuação policial pauta-se por medidas de polícia. Estas, enquanto providências com o fim de evitar que uma situação de perigo se converta em dano efectivo (Lucas, 2009), devem ser implementadas a montante da situação concreta. Ora, em cenários de manifestações ou de movimento de massas, nada previne mais uma situação de desordem, que o alcance do objectivo por parte dos manifestantes, sendo que, na impossibilidade de tal, as FS deverão propor alternativas com o fim de satisfazer ambas partes¹⁸. Segundo João Torrado, apesar de, por vezes, as polícias se colocarem do lado de quem solicita a intervenção (por ex. em questões laborais usualmente é a entidade empregadora), normalmente, o diálogo e a mediação entre partes tem sido o caminho escolhido para chegar a um acordo¹⁹.

Não obstante toda esta democratização, ela é passível de acção²⁰. As forças policiais, e mais concretamente as chefias dessas forças²¹, devem compreender a dinâmica das multidões, tendo que ser sensíveis não só ao conjunto de valores centrais da sociedade onde estão inseridos²², mas também, aos padrões sociais dos grupos intervenientes. Nesta perspectiva, ter-se-á que fazer uma caracterização da identidade social dos grupos

¹⁷ Palavra grega de onde deriva etimologicamente a palavra polícia. Significa cidade, urbe.

¹⁸ Sobre isto, tivemos a oportunidade de verificar a sua veracidade aquando da manifestação do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira. O caminho do desfile proposto pelos promotores não era o mais adequado na perspectiva do comandante do policiamento, pelo que, chegou-se a um acordo e o desfile prosseguiu até ao seu destino com um ligeiro desvio.

¹⁹ Cfr. entrevista em anexo III.

²⁰ As FS acompanham sempre a massa manifestante, ainda que, não se vejam quaisquer indícios de possíveis distúrbios.

²¹ Compete ao comandante da força no terreno conhecer a identidade social dos seus homens, por isso se afigura necessário conhecer a cultura organizacional de um grupo policial que entra em cenários de manutenção e reposição de OP.

²² Só compreendendo o conjunto de valores da sociedade onde se está inserido se sabe o que é censurável e o admitido, o que faz a diferença no âmbito de qualquer tipo de intervenção.

intervenientes a quem se irá dirigir a acção, pois, só assim se perceberá a sua força e se optará pela melhor maneira de frustrar as suas expectativas.²³

Na prossecução dos objectivos anteriormente referidos, os Estados²⁴, assumem hoje em dia, duas posições relativas a cenários de desordem pública; ou adoptam uma postura de reacção apoiada na forma musculada de intervenção, ou aderem a uma estratégia de gestão baseada nas informações e nos níveis de violência (Felgueiras, 2009). Pese embora a segunda posição seja definitivamente a mais utilizada no nosso país²⁵, julgámos existir ainda uma mistura da postura reactiva com o trabalho proactivo (referimo-nos no último ao trabalho de informações e ao pormenor com que são preparadas as acções de policiamento).

Analisando a primeira vertente – a reactiva –, esta incide no facto das acções da polícia dependerem da acção manifestante. Carece de uma observação constante no terreno a todos os níveis, porque, como não é dada importância às informações, todos os campos manifestantes têm de ser cuidadosamente observados, sob pena de não se conseguirem prevenir as desordens. Para além do maior desgaste dos meios no terreno, neste tipo de intervenção policial corre-se o risco de agir fora do contexto da situação e sobre um grupo que não conhecemos antecipadamente, logo, sem os meios adequados e proporcionais. Na segunda vertente – a de gestão – a acção da polícia depende essencialmente das informações obtidas. Passa-se a assumir então, uma postura de gestão de OP onde se vão gerindo os níveis de violência e compreendendo as interacções dos diferentes grupos (Felgueiras, 2006). Este procedimento de avaliação contínua da situação alimentado pelas informações, apoia o planeamento e as opções tácticas a tomar, tornando a polícia pouco visível, mas mais atenta e com um melhor nível de prontidão caso seja necessário actuar. Ainda sobre a importância das informações é da ideia Ferreira de Oliveira que, essas são essenciais quando uma das preocupações policiais é a de respeitar a pirâmide dos níveis de força²⁶.

Sobre o dito anteriormente, também Clemente (2009) é da opinião que, o controlo está entranhado em todo o lado, mas ao mesmo tempo na sombra, para que só a actividade manifestante possa sobressair-se. Assim, na gestão em caso de desordem, deve agir-se

²³ Daqui resulta a filosofia de agir isoladamente e com os meios específicos a combater determinada ameaça, deixando por isso manifestar-se livremente quem o pretende fazer de forma pacífica.

²⁴ Importa referir que apesar das directivas emanadas pelos órgãos políticos, as FS estão dotadas de autonomia técnica e táctica, agindo com base no conhecimento profissional.

²⁵ É patente que a PSP no acompanhamento de manifestações adopta uma postura de gestão, como de resto experienciamos aquando do estágio na 22ª Esquadra da 1ª Divisão Policial do Comando Metropolitano de Lisboa.

²⁶ Sobre isto *vide* entrevista em anexo IV.

selectivamente e determinantemente sobre os geradores de riscos ou ameaças, porque, só desta forma se conseguirá conquistar a confiança do cidadão exemplar e legitimar de forma pronta a acção policial. Isto é simplesmente, a coercibilidade reduzida ao mínimo, numa sociedade em que a forte visibilidade policial é por vezes argumento para o aumento dos ânimos e das provocações nas manifestações²⁷. Nesta vertente, é da opinião João Torrado que, os organizadores das manifestações e até mesmo muitos manifestantes, sabem que, apesar de não estar visível, a força está sempre preparada para intervir, sendo isto na sua opinião, muito mais viável para o policiamento e para a imagem da instituição PSP. Pelo contrário, é da opinião o mesmo que, em casos de intervenção a força utilizada é massiva e não seleccionada (...a força de intervenção vê-se obrigada a intervir e não olha para os olhos de ninguém...) ²⁸.

Para findar, com vista a obtermos um conhecimento mais profundo acerca da actuação das FS, tentaremos agora uma pequena abordagem àquilo que são os mecanismos de controlo e as tácticas das forças responsáveis pela OP em França e Espanha, dois países que partilham tácticas e técnicas de actuação de fácil e adequada adaptação ao nosso país.

Sobre os mecanismos de controlo nos países referidos, estes, fazem uso de três mecanismos comuns: *the territorial incapacitation* – definida pela demarcação e defesa de territórios por parte das FO -; *the protester incapacitation* – definido pela restrição dos movimentos do protestante -; and *the dispersal* – definido pelo encorajamento à dispersão dos manifestantes²⁹. Como podemos deduzir já pela breve análise feita, no nosso país aplicam-se os mesmos mecanismos, não estivessem incluídas para a definição destes, as tácticas usadas que lhes abonam o nome.

Dentro da *territorial incapacitation*, temos duas tácticas comumente utilizadas: a *ring of steel* e a *no protest zone*. A primeira tem como instrumento táctico a criação de perímetros com vista a proteger o *alvo* dos manifestantes, a segunda tem como base a definição de uma zona de não protesto. No segundo mecanismo de controlo enunciado (*the protester incapacitation*) temos três tácticas utilizadas: o *containment*, o *pré-emptive arrest*

²⁷ Sobre isto foi notório a forma como os manifestantes anti-Nato acabaram por dispersar quando a PSP desmobilizou parte das suas forças no terreno. A ostensividade policial no terreno gerava um confronto que alimentava as expectativas da massa manifestante, levando a crer que muitos manifestantes só ali estavam para provocar e incitar à violência.

²⁸ Vide entrevista em anexo III.

²⁹ Vide mais em: Great Britain. (2009). International Comparisons of Policing Protest. In *Adapting to protest: nurturing the British model of policing*. (pp. 39-48). Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.

e o *border control*.³⁰ A primeira tática assenta na passividade das FO, e prevê a contenção do avanço dos manifestantes por longos períodos de tempo, confinando-os a determinado espaço físico; a segunda tática é caracterizada por prevenir desordens de forma localizada (tal como já tínhamos referido anteriormente sobre a actuação das FO em Portugal), assim, são muito comuns nestas as *pré-detensões* – pré-controlo de manifestantes que se suspeita que irão ter uma atitude desordeira ou destabilizadora; a última tática diz respeito ao controlo de fronteiras, com vista também a fazer uma prevenção da desordem por parte de elementos que poderão prejudicar o trabalho das FO³¹. Por último, como mecanismo de controlo utilizado por ambas os países em análise, temos o *dispersal*, em que a sua tática assenta na movimentação dos manifestantes por parte das FO com vista a quebrar o grupo de manifestantes.

Não obstante todos estes mecanismos e táticas, achamos pertinente referir por último aquele que vemos como o menos lesivo para os direitos fundamentais dos manifestantes, e que melhor pode servir os objectivos das FO. Na óptica da nossa fonte, este não é utilizado comumente por França e Espanha, porém, pelo que assistimos e analisámos do fenómeno manifestante, quer nestes países, quer em Portugal, as táticas deste mecanismo estão a ser utilizadas com frequência, particularmente quando falamos de manifestações organizadas por organizações com experiência³². Falamos do controlo social³³ e da tentativa de influenciar o comportamento e a motivação dos que protestam. Aqui é usada a tática do *negotiated management*³⁴, uma gestão de negociação que destaca a cooperação e a comunicação entre polícia e manifestantes.

³⁰ Vide mais em: Great Britain. (2009). International Comparisons of Policing Protest. In *Adapting to protest: nurturing the British model of policing*. (pp. 39-48). Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.

³¹ Como podemos ver aquando do rigoroso controlo de fronteiras feito nos dias antecedentes à cimeira da NATO em Novembro de 2010.

³² Referimo-nos aqui por exemplo à CGTP-IN.

³³ Vide mais em: Great Britain. (2009). International Comparisons of Policing Protest. In *Adapting to protest: nurturing the British model of policing*. (pp. 39-48). Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.

³⁴ Vide mais em: Great Britain. (2009). International Comparisons of Policing Protest. In *Adapting to protest: nurturing the British model of policing*. (pp. 39-48). Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.

2.2.1. A necessidade de utilização de técnicos de manutenção e reposição da OP

As forças policiais, ao lidarem com manifestações, reuniões e concentrações, porque correm o risco de interferir com Direitos, Liberdades e Garantias, devem fazer uso de unidades com capacidade técnico-táctica (Pinho, 2009). Quanto a nós, o que nos parece mais relevante nesta apreciação, para além de todas as especificidades evidentes associadas a tais unidades – melhores meios materiais, maior mobilidade, actuação em grupo...- é a respeitante aos meios humanos. Para além de estarem em permanente instrução e actualização, estes homens desempenham a sua actividade sob uma forte hierarquia de comando, nunca desadequando a sua postura ao serviço que prestam (Pinho, 2009).

O que está em causa é a especificidade da função. Se colocarmos um elemento sem formação específica em cenários de restituição ou manutenção da OP, é normal que a postura adoptada seja a da *tolerância zero*. Como não tem experiência neste tipo de policiamentos, qualquer reacção ou intenção dos manifestantes, será tida em conta como ameaçadora, desencadeando medo no próprio elemento policial, e logo, uma atitude reactiva menos idónea. Pelo contrário, um técnico de OP³⁵ consegue, quer pela sua formação quer pela sua experiência, adoptar uma postura adequada à intenção da *massa* manifestante. Pautando-se sempre pelo princípio da mínima intervenção necessária, cede quando tem que ceder, restringe quando impera restringir, ostenta quando importa ostentar (Pinho, 2009).

Sobre o mesmo, destoa a opinião de Ferreira de Oliveira³⁶, que, relativamente à utilização da subunidade com mais capacidade técnico-táctica (CI) para fazer a face a situações de manutenção ou reposição da OP, *leva à letra* o facto de esta subunidade ser uma unidade de reserva. Segundo este, o comando policial da área a que diga respeito a manifestação, deve fazer uso das forças territoriais ao seu dispor³⁷, só solicitando o CI, se o risco ou o grau de ameaça for elevado, independentemente do número de manifestantes³⁸. Assim, como afirma o mesmo, a actuação e a escolha da força a utilizar deve basear-se

³⁵ Referimo-nos aqui aos elementos policiais pertencentes ao CI da PSP.

³⁶ Como se pode ver em entrevista – anexo V.

³⁷ Elementos das esquadras e Equipas de Intervenção Rápida (EIR'S).

³⁸ Como podemos observar nas manifestações organizadas pela CGTP-IN no dia 19 de Março de 2011, apesar do elevado número de pessoas que aderiram, não comportava um grau de risco e ameaça tão elevado quanto pequenas manifestações que por vezes despoletam incidentes. De igual modo, da análise dos dados respeitantes às manifestações, também podemos aferir que, nem sempre nas maiores manifestações há necessariamente incidentes.

essencialmente nas informações obtidas, nunca descurando a capacidade e formação que as forças territoriais têm para fazer face a este tipo de fenómenos.

Colocando agora de lado o *monopólio* da actuação, deixamos só uma breve nota de um procedimento que achamos de todo importante e que deverá ser tido em conta, quer pelas forças territoriais competentes, quer pelos técnicos de OP propriamente ditos. Porém, pela oportunidade de treino, formação, pela maneira como actuam e pelas grandes equipas que constituem, parece-nos esta medida mais adequada ao CI. Na opinião de Pinho (2009), as forças policiais não deverão em cenários de manutenção e reposição de OP, fazer porte da arma individual que lhes está distribuída. A esta visão que a *olho nu* poderá parecer descabida e demasiada futurista, não nos resta senão deixar o nosso arrimo. Em detrimento de um meio material atribuído ao agente policial promove-se a segurança de todos os intervenientes na efectivação de um direito fundamental³⁹. Esta forma de agir é o espelho de uma polícia regrada e respeitadora, mas acima de tudo, profissional e reflexo do estado democrático que representa. (Pinho, 2009)

2.3. DO FENÓMENO MANIFESTANTE EM PORTUGAL

Para prosseguirmos o nosso estudo de maneira coerente e de modo a que o leitor obtenha uma panorâmica geral acerca da temática que abordamos, importa de todo abordar, ainda que de forma sucinta, o fenómeno manifestante no nosso país.

Desta maneira, temos que ter presente que o que estudamos são as reuniões na via pública e manifestações⁴⁰. No entanto, porque já está profundamente estudado noutros trabalhos e porque se iria tornar entediante uma nova abordagem, não procuraremos saber

³⁹ Sobre isto tivemos a oportunidade de constatar em diversas manifestações a que tivemos oportunidade de assistir, não só, pela demasiada proximidade que há entre polícias e manifestantes mas também, pelos descuidos constantes que os primeiros cometem. Como exemplo da sua adequação podemos referir a manifestação dos estudantes da Associação Académica de Coimbra, quando, dois elementos policiais das Equipas de Intervenção Rápida (EIR'S) foram obrigados a furar a massa manifestante para retirar uma idosa que alheia á manifestação se viu no seu interior. Isto resultou numa proximidade e numa envolvimento com os protestantes que os agentes jamais conseguiriam controlar caso se despoletasse um exaltamento dos ânimos.

⁴⁰ Acerca destes eventos define-os Ferreira de Oliveira como: *Um ajuntamento de uma pluralidade de pessoas num mesmo local; um ajuntamento momentâneo de pessoas; um ajuntamento organizado com uma consciência e vontade comum entre os participantes de em conjunto exprimirem ou explicitarem uma mensagem com um determinado objectivo....* Sobre isto vide: Oliveira, F., (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: ISCPSI. Sobre a distinção entre reunião e manifestação defende o mesmo autor a não relevância de tal pelo facto das mesmas se encontrarem sujeitas ao mesmo regime jurídico – Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto.

da caducidade do Decreto-Lei 406/74 de 29 de Agosto⁴¹, nem de todas as cláusulas e restrições a que ele obriga, tão só daremos uma visão geral do que foi a realidade manifestante no nosso país entre os anos 2000 e 2008, aprofundando mais os últimos dois anos por assim se justificar a proximidade temporal.

Segundo dados da Direcção Nacional da PSP, entre os anos 2000 e 2005 houve 2.973 manifestações, sendo que, 1.595 ocorreram no distrito de Lisboa. Já quanto ao número de manifestantes, houve um total de 1.943.981 intervenientes, com uma média de 622 participantes por manifestação. As motivações que levaram estas pessoas à via pública foram maioritariamente as questões laborais (1.029 manifestações), sociais (569 manifestações) e educacionais (618 manifestações). Juntamente com estes dados sumários, podemos aferir que, do total de manifestações, só em 92 houve algum grau de confrontação entre as FO e os manifestantes, sendo que, só em 6 manifestações é que esse grau de confrontação atingiu proporções classificadas como intenso.

Procuraremos agora aprofundar a realidade manifestante entre os anos de 2006 e 2008. Desta maneira apresentaremos inicialmente os dados gerais e só depois partiremos para os pormenores quanto ao tipo e características das manifestações ocorridas no espaço temporal referido. Apenas enunciaremos os acontecimentos que achámos relevantes sob pena de cairmos numa pormenorização fútil. Assim, nos três anos referidos houve 2.112 manifestações, independentemente do tipo a que pertencem, sendo que o distrito de Lisboa continua a ser a área predominante com 1.089 manifestações.

Quanto ao tipo de manifestação⁴² houve:

- 56 Acções de sensibilização; 44 caravanas auto/marcha lenta; 1.337 concentrações; 4 concentrações com buzinao; 19 cordões humanos; 13 cortes de estrada; 3 cortes de linha férrea; 257 desfiles; 4 desfiles com buzinao; 4 greves de fome; 123 interdições de acesso; 8 invasões de instalações; 3 marchas silenciosas; 27 paragens laborais; 13 tribunas públicas; 118 vigílias....

⁴¹ Sobre isto vide: Oliveira, F., (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: ISCPSI. Pinho, V., (2009). O Direito de Reunião e Manifestação. A lei e a sua prática . In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 163-211) Coimbra: Almedina.

⁴² Nos dados a que tivemos acesso as manifestações foram classificadas em: acção de sensibilização; acção de solidariedade; caravana auto/marcha lenta; concentração; concentração (motard); concentração com buzinao; cordão humano; corte de estrada; corte da linha férrea; desfile; desfile (arruada); desfile com buzinao; greve de fome; interdição de acesso; invasão de instalações; marcha silenciosa; paragem laboral; recolha de assinaturas; tribuna pública; vigília e outras (nestas incluem-se: acção de protesto, apresentação musical e de teatro, arruada, artesanato, caminhada, cerimonia religiosa, cerimónia, comício, conferência de imprensa, cortejo académico, greve às aulas, oração, pintura, plenário, reunião. Não obstante toda esta vasta classificação existiram algumas acções que não foram passíveis de identificação.

Quanto à Hora e duração da manifestação⁴³

- Não decidimos fazer aqui uma abordagem à hora nem à duração em que ocorreram as manifestações porque se trata de um tema em que expressamente se vê que o Decreto-Lei regulador está ultrapassado⁴⁴. No entanto, podemos aferir que a maior parte das manifestações vão contra o estipulado na Lei, não deixando por isso algumas de ser previamente comunicadas e autorizadas pela autoridade competente⁴⁵.

Quanto ao número de manifestantes⁴⁶

- Importa apenas aqui dizer que o número de manifestantes que consta nos dados a que tivemos acesso varia entre o indeterminado e as 200.000 pessoas aproximadamente. No entanto, houve apenas 8 manifestações com mais de 50.000 pessoas, 15 com mais de 15.000 pessoas e 29 com mais de 5.000.

Categoria da Motivação⁴⁷

- Nesta categoria podemos constatar 660 manifestações de índole laboral; 697 de carácter social; 362 de carácter educacional; 139 de carácter político; 61 de carácter ambiental; 34 de razão económica; 27 de carácter religioso; e ainda um grande número de carácter estudantil, sendo que nestas não nos foi possível determinar o número exacto devido à imprecisão dos dados obtidos.

⁴³ Quanto a isto, estabelece o art. 4.º do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto que: *os cortejos e desfiles só poderão ter lugar aos domingos e feriados, aos sábados, depois das 12 horas, e nos restantes dias, depois das 19 horas e 30 minutos.*

⁴⁴ Cfr. Pinho, V., (2009). O Direito de Reunião e Manifestação. A lei e a sua prática . In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 163-211) Coimbra: Almedina.

⁴⁵ Cfr. estipulado no art. 3.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto, as autoridades competentes só poderão impedir que se realizem as reuniões quando o objecto ou fim da mesma contrarie o disposto nos Arts. 1.º, 6.º, 9.º e 13.º, nada referindo acerca do impedimento com base no art. 4.º do mesmo diploma legal.

⁴⁶ Sobre um número avultado (mais de 5.000 pessoas) de manifestantes apenas tivemos a oportunidade de observar a manifestação anti-Nato, a manifestação dos estudantes da Associação Académica de Coimbra – manifestações estas ocorridas no ano de 2010, - e a manifestação promovida pela CGTP – IN de 19 de Março de 2011.

⁴⁷ Quanto à categoria da motivação ela foi classificada em: laboral; ambiental; cultural; económica; educacional; estudantil; política; religiosa; social; social/laboral; religiosa/política ou outras (incluem-se aqui as feiras, festivais, cerimónias...).

Perfil Profissional do Manifestante⁴⁸

- Pelo que se pôde constatar, este campo é muito vasto, estando patente que a sociedade portuguesa tem *espírito manifestante* e que tal se alarga às mais vastas profissões. Aqui, parece-nos mais útil abordar as categorias profissionais que nos parecem mais relevantes, sendo algumas abordadas por grupos⁴⁹. Assim, houve 34 manifestações de ambientalistas; 1 de anarquistas; 17 de camionistas; 346 de diversas profissões; 12 manifestações de elementos policiais; 14 de empresas de construção; 4 de antigos combatentes; 119 das diversas classes de funcionários, sendo que 21 foram dos funcionários dos CTT; 17 de hotelaria/restaurantes/turismo; 136 de várias indústrias; 4 de jornalistas; 31 de militantes partidários; 9 de militares; 93 de funcionários do sector da educação; 36 do sector agrícola; 1 de seguranças/vigilantes; 4 de taxistas; 14 de técnicos de saúde; 3 de funcionários dos transportes fluviais; 1 de funcionários dos transportes públicos; bem como, mais de 300 ligadas à população estudantil e outras impassíveis de definição, mas que não achamos relevante a sua referência.

Promotores das manifestações⁵⁰

- As FS, no momento de acompanhar as reuniões e as manifestações, devem procurar localizar o promotor ou promotores do evento. No entanto, tal tarefa por vezes não é facilitada, quer pelo carácter da massa manifestante, quer pela pouca logística de que se fazem por vezes dotar⁵¹. No período de tempo explorado, à semelhança daquilo que podemos observar na condução de manifestações no ano de 2010, em muitas

⁴⁸ O perfil profissional dos manifestantes está classificado em: Actor/Actriz; Ambientalista; Anarquista; Antigos Combatentes; Bancário; Bombeiro; Camionista; Casas de jogos; Comerciantes; Desportistas; Diversas Profissões; Elementos da EDP; Elementos Policiais, Empresas de Construção; Encarregados de Educação; Estabelecimentos Fabris; Estudantes; Funcionários da Aeronáutica; Funcionários hospitalares; Funcionários Municipais; Funcionários Públicos; Funcionários da CP/Metro; Funcionários dos CTT; Funcionários das telecomunicações; Funcionários religiosos; Funcionários Sindicais; Guardas florestais; Hotelaria/Restaurantes/Turismo; Indeterminado; Indústria Alimentar; Indústria Automóvel; Indústria da celulose/Imprensa/Gráfica; Indústria Corticeira; Indústria Cerâmica; Indústria de Confecções/Têxtil; Indústria das madeiras; Indústria dos mármore; Indústria eléctrica/electrónica; Indústria do Calçado; Indústria Ferroviária; Indústria Fosforeira; Indústria Informática; Indústria metalúrgica/metalmecânica; Indústria mineira; Indústria Naval; Indústria Pesqueira; Indústria Petrolífera; Indústria Vinícola; Jornalistas; Militantes Partidários; Militares; Motards; Nenhum; Prestação de Serviços; Reformados; Santa Casa da Misericórdia; Sector Administrativo; Sector Agrícola; Sector da Educação; Seguranças/Vigilantes; Taxistas; Técnicos de Saúde; Transportes Fluviais; Transportes Públicos; Vendedores Ambulantes e outros indeterminados.

⁴⁹ Por exemplo, no caso das indústrias não as dividiremos por sector, antes as faremos constar globalmente, exceptuando casos que achemos oportunos.

⁵⁰ Nesta categoria citaremos apenas aqueles que foram os promotores mais activos no decurso do tempo analisado, sendo que, não serão citados nomes pessoais ou de empresas privadas. Para além disto, pela indefinição das categorias dos promotores, não entraremos em detalhes neste campo.

⁵¹ Por vezes não se fazem acompanhar de veículos identificados com a entidade promotora ou não existem folhetos alusivos às reivindicações, sendo difícil a identificação do promotor.

manifestações os promotores não se mostraram visíveis, o que dificulta o trabalho das polícias e até a prossecução dos objectivos dos manifestantes. Então, do analisado, podemos constatar que: grande parte das grandes manifestações foi organizada em conjunto com a CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional); sendo a maior parte das restantes manifestações (ainda que em dimensão muito reduzida quando comparada com as organizadas por instituições especializadas), promovidas pelas comissões de utentes e residentes⁵² de todo o país, pelas diversas federações de sindicatos e até pelos funcionários das mais diversas empresas. Não podemos deixar de referir também o grande número de manifestações relacionadas com a educação (estudantes/encarregados de educação/professores), não obstante, só atingiram grandes dimensões as manifestações de estudantes, quando promovidas pelas associações académicas universitárias, e as dos professores, quando promovidas em conjunto com a FENPROF (Federação Nacional dos Professores).

Grau de confrontação com as FO⁵³

- Durante os três anos analisados, apenas em 34 manifestações houve algum tipo de confrontação com as autoridades policiais responsáveis (26 das quais com a PSP). Em 368 não se apurou se houve algum tipo de confronto, o que leva a crer que não, pois muito dificilmente um conflito não é registado.

Só apenas em uma manifestação houve um confronto intenso entre manifestantes e as FO (no caso PSP), manifestação esta, sem comunicação prévia e feita por indivíduos de extrema-esquerda antifascista que se manifestavam contra a extrema-direita. Foram utilizados pelos manifestantes bolas de tinta, sprays, gorros e capuzes, bem como paus, ferros e garrafas⁵⁴.

Perfil Político dos Manifestantes⁵⁵

- Apenas 1 manifestação foi classificada como de esquerda; 3 foram classificadas como de extrema-esquerda; 20 como de extrema-direita; e em 2 o perfil político do manifestante foi classificado em monárquico. Pese embora as classificações anteriores,

⁵² O número reduzido destas manifestações tem certamente a ver com o objectivo que querem atingir. Usualmente estes manifestantes manifestam-se contra uma medida tomada a nível local, e que só afecta em particular as suas vidas, não arrastando por isso mais ninguém para reivindicar.

⁵³ O grau de confrontação com as FO varia entre: Nenhum; Algum; Indeterminado; Algum e Intenso.

⁵⁴ Estes últimos três objectos foram classificados como armas.

⁵⁵ O perfil político dos manifestantes está classificado em: Esquerda; Indeterminado; Nenhum; Extrema-esquerda; Extrema-direita e Monárquico.

houve muitas mais manifestações de índole política, no entanto, promovidas pelos respectivos partidos, e logo, devidamente enquadradas.

Meios utilizados pelos manifestantes

- Relativamente às formas de expressão dos manifestantes elas são variadíssimas. Porém, as bandeiras, cartazes, t-shirts e panfletos alusivos à causa, continuam a ser o meio preferido, tendo especial destaque as viaturas com sistema de som. Este, para além de ser um óptimo meio de difundir a mensagem, pode servir para *controlo* da massa manifestante por parte dos promotores e até ajudar as FS.⁵⁶

Força de Segurança responsável

- A PSP foi na esmagadora maioria das vezes (1.823) a Força responsável pela manutenção da ordem, sendo que, todas as outras ocorrências foram da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (288).

Comunicação da manifestação⁵⁷

- 1.128 Manifestações não foram comunicadas à entidade competente, sendo que as restantes (983) obedeceram ao requisito da comunicação imposto pela lei⁵⁸.

Utilização de Armas

- Apenas em 4 manifestações houve a utilização de armas, sendo estas: paus, ovos, ferros, garrafas e caixas de peixe. De referir que na utilização de ovos e caixas de peixe, o confronto com as FO não foi classificado como de confronto intenso, o que nos remete para um baixo grau de confrontação.

⁵⁶ No acompanhamento da manifestação dos estudantes da Associação Académica de Coimbra pudemos ver como a partir da viatura com som o promotor fazia valer os seus propósitos, chegando até este sistema a ser utilizado pela PSP na altura de se quererem informar os manifestantes que não poderiam transportar quaisquer tipos de garrafas de vidro a partir de determinado local.

⁵⁷ Pela pouca especificação apresentada nos dados obtidos, decidimos por dividir somente esta categoria em manifestações não comunicadas e comunicadas.

⁵⁸ Cfr. os requisitos previstos no n.º 1 e n.º 2 do art. 2º do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de Agosto.

2.4. CONCLUSÃO CAPITULAR

As manifestações ocorridas no nosso país, são geralmente, enquadradas pelas organizações que desenvolvem este tipo de eventos, que, tendo a preocupação de assegurar a homogeneidade da massa manifestante, asseguram que o direito de manifestação seja livre e disponível para toda a gente. Assim, tal como João Torrado afirma, os eventuais tumultos que a comunicação social faz questão de passar (quer seja em Portugal ou no estrangeiro), são fruto de uma massa mais específica pertencente a organizações não identificadas, que, não querendo assumir as regras e os compromissos impostos por aquilo que é um desfile respeitador dos direitos dos outros, se vê obrigada a desfilar noutro contexto que não o comum⁵⁹. Não obstante, o fenómeno manifestante em Portugal é pacífico⁶⁰, sendo hoje em dia uma prática institucionalizada e encarada dentro do quadro legal.

Face a isto, e ao pressuposto de que vivemos numa jovem democracia em que o direito de manifestação se está ainda a construir, a aprendizagem e a actualização por parte das FS que lidam directamente com o fenómeno manifestante, são fundamentais⁶¹. Exemplo têm sido as relações das FS e as organizações das manifestações, que, com base no diálogo, estabelecem os quadros de actuação de ambas as partes. Ao contrário, a ostentação tem apenas sido utilizada quando se prevê uma possível acção contra a ordem por parte de grupos alheios à manifestação, pois, para além de não assumirem previamente um compromisso, adoptam desde início uma postura reactiva contra as FO no terreno⁶².

⁵⁹ Opinião corroborada por Ferreira de Oliveira e João Torrado (*vide* anexos V e III).

⁶⁰ Opinião corroborada por Ferreira de Oliveira e João Torrado (*vide* anexos V e III).

⁶¹ Opinião corroborada por Ferreira de Oliveira e João Torrado (*vide* anexos V e III).

⁶² Cfr. se pode observar pelo forte dispositivo policial aquando da cimeira da NATO.

CAPÍTULO III – A MULHER E A SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Por igualdade de género entende-se uma igual visibilidade, empoderamento e participação de ambos sexos em todas as esferas da vida pública e privada. A igualdade de género é o oposto da desigualdade de género e não da diferença de género.

(Relatório do grupo de especialistas para uma abordagem integrada da Igualdade, Conselho da Europa, 1995)

3.1. ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.1.1. Do Estereótipo

Não é definitivamente a mesma coisa ser mulher em Portugal e na Etiópia, mas, também sabemos que em todo o mundo existe uma constante que não se faz acompanhar a par e passo do desenvolvimento de cada país, é ela, a desigualdade entre os géneros. Assim, todos temos presente que as mulheres estão actualmente, numa situação de menor valorização e desvantagem relativamente aos homens⁶³.

A diferenciação de papéis começa logo no início do processo de socialização em casa, sendo mais tarde apenas, confirmados na escola e reforçados e expandidos através dos meios de comunicação. A diferença quanto ao género, baseia-se na construção social diferenciada de responsabilidades e papéis entre homens e mulheres, que vai condicionar, não só os seus projectos de vida, mas acima de tudo, o desenvolvimento das suas identidades como pessoas. Os estereótipos sociais, assentes na cultura, nos hábitos e nos condicionamentos sociais vigentes, reservam precocemente o homem para a esfera pública e a mulher para a esfera privada. Da mesma opinião é Marta Silva quando diz que, muitas variáveis podem influenciar o estereótipo social, nomeadamente, o tipo de população e a sua distribuição geográfica (rural ou urbana), a idade, o nível sociocultural...⁶⁴.

⁶³ Estando a população mundial dividida por metade de homens e metade de mulheres (aproximadamente), as mulheres realizam no mundo actual dois terços das horas de trabalho, recebendo apenas uma décima parte dos lucros. Se falarmos de propriedade privada, apenas 1% é sua. Cfr. Cemillán, P., - Prevenir los Riesgos de Exclusión Social. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 27-32.

⁶⁴ Cfr. resposta à questão n.º 2 em entrevista anexa (anexo II).

Para contrariar todo este processo enraizado, a nossa Constituição (adiante CRP) estabeleceu o princípio de igualdade e não discriminação⁶⁵, promovendo o início de todos os processos de mudança culturais, políticos e sociológicos, necessários a converter em realidade a participação igualitária da mulher na sociedade.

É só depois desta procura por parte da lei fundamental que se notam algumas diferenças, nomeadamente com a da ascensão da mulher no mercado de trabalho a agente económico⁶⁶. Isto vem trazer uma grande mudança na sociedade, bem como, uma reformulação dos papéis dos agentes que nela interagem. Não nos podemos olvidar que, o trabalho das mulheres apareceu como complemento àquilo que se considerava verdadeiramente o trabalho⁶⁷, não tendo por isso influência necessária, para fazer valer o seu papel de *negociador* entre os vários decisores sociais, o que a relegava igualmente para uma posição de inferioridade. Embora já não seja tão visível, essa subestimação de capacidades assentes nos estereótipos de categoria sexual continua a acontecer, pelo que, são vários os estudos em que se tenta compreender e explicar a manifesta desigualdade no acesso a determinadas profissões⁶⁸.

Todos sabemos que, quando ainda não interagimos ou não temos informação concreta sobre uma pessoa, o simples facto de se conhecer o seu sexo é suficiente para formarmos impressões acerca das suas características individuais – estereotipação em função do sexo. Segundo alguns autores, ao estereótipo masculino está associada a estabilidade emocional, o dinamismo, a agressividade, a auto-afirmação, a independência, e a superioridade; enquanto ao estereótipo feminino está associada a instabilidade emocional, a passividade, a submissão e a expressividade (Rocheblave-Spenlé, 1964, apud Amâncio, 1994), ou seja, é bem patente um direccionamento positivo no caso masculino, mas não no caso do feminino.

Amâncio analisa também a conotação dos estereótipos num indivíduo adulto, chegando à conclusão que, estando o estereótipo feminino carregado de traços relacionados com a afectividade e com a imagem da mulher como objecto de desejo, não se encontram características direccionadas para o trabalho, mas tão só, para as relações privadas. Aqui está presente o domínio e a instrumentalidade do sexo masculino em oposição à

⁶⁵No seu art. n.º 13 (Princípio da igualdade), fazendo alusão ao sexo no n.º 2 do mesmo art.

⁶⁶Essa ascensão é caracterizada pelo facto de poder decidir economicamente, quer no mercado de trabalho, quer na família. Vide mais em: Silva, P., (2007). *A tradução da economia*: Universidade de Pernambuco.

⁶⁷Quanto mais recuarmos na linha do tempo mais constatamos a masculinização e o emprego da força na maior parte dos trabalhos.

⁶⁸Sobre isto existem estudos de vários autores publicados (Carreiras, Amâncio, Fausto Amaro & Rui Moura), como consta em bibliografia anexa.

dominância do sexo feminino, gerando-se uma ligação do homem ao trabalho e da mulher à família, pelo que, quando a última entra no mundo do trabalho aparece aos olhos do homem masculinizada. (Amâncio, 1994)

3.1.2. Da Masculinização da Profissão

Da assimetria evidenciada anteriormente, pode aferir-se a posição social dos dois grupos, sendo bem patente o predomínio simbólico dos homens em relação à representação simbólica do sexo feminino, que se encontra confinada ao espaço familiar. Segundo Amâncio, a dominância anterior é explicada pelos conteúdos comuns existentes entre as categorias de homem e indivíduo,⁶⁹ o que leva à percepção que para atingir competência no mundo do trabalho, a mulher terá que munir-se de características e modelos de comportamento do sexo masculino. Vê-se então a assumir a identidade adulta que melhor lhe possibilitará o desempenho das suas funções, gerando falta de confiança em relação às suas capacidades naturais e criando uma imagem negativa de si própria, podendo até levar à perda da sua feminidade (Amâncio, 1994). Ao contrário, sobre a integração da mulher em determinada profissão, função ou actividade, opina Marta Silva que, a especificidade da função futura a desempenhar deve prevalecer sob as características individuais, sob pena de não serem atingidos os objectivos com a integração daquela pessoa na função⁷⁰.

Nesta linha, a abertura do mercado de trabalho às mulheres, vem criar várias *subcategorias* de mulheres; *em geral, a de mulher trabalhadora, e de uma forma mais específica, a de mulher empresária, mulher militar...* (Carreiras, 1997, 41). A estes casos em que o pensamento social encontrou formas de particularização das mulheres, podemos acrescentar o de *mulher polícia* por ser hoje em dia uma profissão que merece especial destaque no que respeita ao contacto com o público, ou seja, que ajuda de alguma forma a construir-se socialmente⁷¹.

⁶⁹ Sobre isto afirma a Amâncio: (...) *assim como os outros “vêem” mais os indivíduos do sexo feminino como mulheres do que “vêem” os indivíduos do sexo masculino como homens, também as mulheres se “vêem” mais como mulheres, e os homens se “vêem” mais como indivíduos* (Amâncio, 1993, p.135).

⁷⁰ Cfr. resposta à questão n.º 3 em entrevista anexa (anexo II).

⁷¹ Sobre a importância da interacção da sociedade com a polícia, e como a segunda pode influenciar a construção da primeira, ver resposta à questão n.º 4 de entrevista anexa (anexo II).

Tal como as Forças Armadas, a PSP, por ser de organização castrense⁷², produz ao longo da sua história uma concepção própria da masculinidade, sendo nela o homem o modelo socialmente aceite, e, provocando inevitavelmente a assimetria entre os dois sexos. Este padrão seguido é reforçado pela força física, pré-requisito essencial para assegurar a paz e a tranquilidade públicas como funções atribuídas ao inicial quadrilheiro⁷³, que desempenhava funções estritamente operacionais. Assim, querendo a instituição prosseguir com os seus propósitos, nada mais lhe restava do que, através do seu modo de funcionamento, utilizar formas de socialização, autoridade e disciplina para incutir aos que lá entram a *aprendizagem da masculinidade*, onde se *transformam rapazes em homens e jovens em adultos* (Carreiras, 1997, p.46). Ao contrário, a não masculinidade dos homens ou a feminidade das mulheres na PSP, era vista como sinal de ineficácia e passividade, quando o que se pretendia era uma reacção de poder e agressão⁷⁴.

3.2. A MULHER NA POLÍCIA

3.2.1. A contribuição da mulher para os valores da polícia actual

Como já foi referido em capítulo anterior, a polícia deve ser o espelho da sociedade onde se encontra inserida, coincidindo os seus valores aos maioritariamente aceites pela sociedade (Hernández, 2004). Pese embora estejamos a falar de valores conotados como universais⁷⁵, sabemos de antemão que não são tão universais quanto a norma nos quer transmitir, são sobretudo para já, objectivo a alcançar no futuro. Desta maneira, sendo Portugal um exemplo no que respeita à segurança⁷⁶, deve tirar-se partido da contribuição que as mulheres nas instituições policiais possam dar à consolidação de tais valores e ao alcance de tais objectivos.

⁷² A PSP é uma polícia uniformizada que se encontra estruturada sob uma cadeia de comando, tendo os seus valores e estrutura sido inspirados nos valores tradicionais militares.

⁷³ Nome atribuído aos elementos do primeiro corpo de agentes policiais criado por D. Fernando.

⁷⁴ Não falamos aqui de uma agressão hostil ou instrumental, mas tão só, do comportamento mais agressivo que elementos policiais adoptavam no cumprimento das suas funções.

⁷⁵ Sobre isto são vários os diplomas a que podemos recorrer: Declaração Universal dos Direitos do Homem; Convenção Europeia dos Direitos do Homem; Código de Conduta das Nações Unidas e Declaração sobre a Polícia.

⁷⁶ Não nos referimos aqui ao conceito alargado de segurança. Sobre isto, *vide* mais em: Montalvão Sarmiento, C. (2005). Política e Segurança: Íntimas Ligações. In G. Valente (Org.), *Volume Comemorativo dos 20 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. (pp. 841-864). Coimbra: Almedina.

Para não dispersarmos, faremos apenas uma associação à influência directa que a mulher tem em valores base e princípios éticos que estão na mente de todos aqueles que participam na nossa sociedade. O valor liberdade associado ao da responsabilidade e o da tolerância e solidariedade que convergem no da igualdade.

Podemos definir tolerância como um contra-peso, ou seja, um jogo de forças que tenta colocar em equilíbrio duas posições adoptadas face a resolver determinada situação. Ora, a uma polícia que em determinadas situações se vê obrigada a agir de maneira distante e com dureza, interessa-lhe por outro lado mostrar-se tolerante e transmitir uma imagem mais democrática. Para isto, necessitamos de um esforço acrescido dos elementos policiais, que muitas das vezes, adstritos a determinadas funções, são colocados noutras que antagonizam com a sua verdadeira e principal função⁷⁷. Daqui parte a vantagem de ter elementos femininos em funções cabalmente operacionais que obriguem ao contacto directo com o cidadão. Se uma mulher polícia superar a necessidade de adoptar determinados estereótipos masculinos característicos da organização, então, pela condição e pela imagem que transmite actualmente na sociedade portuguesa, facilita naturalmente a relação da organização com o público. Ela serve assim para estabelecer um equilíbrio entre as acções desempenhadas pela PSP e o cidadão, e logo, para transmitir uma ideia de polícia tolerante, solidária e respeitadora, ajudando na confirmação da realidade policial em Portugal.

É a capacidade de diálogo em detrimento do uso da força, a maior empatia com as vítimas, e a maior facilidade de integração na comunidade⁷⁸, que as faz converter competências sociais específicas em competências profissionais (Durão, 2003). Por outro lado, e ainda segundo Durão, em situações de gestão da violência, as mulheres, por terem naturalmente mais capacidade de negociação, estão tão bem preparadas ou melhor que os homens e resistem mais à tensão (2003). Elas, fazem uso daquilo que Amâncio classifica como a distintividade do seu modo de ser, face à universalidade que possui o modo de ser masculino (Amâncio, 1994). Sobre o mesmo tema refere Clemente que, a afectação de mulheres ao patrulhamento – e nós encarámos aqui como a sua afectação a serviços operacionais -, evita incidentes entre o cidadão e a polícia, na medida em que, *elas tendem a desdramatizar a situação e a suscitar menor hostilidade* (Clemente, 1997, p. 22). Desta opinião é também Marta Silva quando diz que, em situações normais em que a PSP

⁷⁷ Não são poucas as vezes que elementos adstritos ao programa PIPP (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade) são colocados a fazer operações de fiscalização na mesma área onde procuram desenvolver o policiamento de proximidade.

⁷⁸ Características essenciais para o cumprimento do PIPP.

intervém (refere-se aqui às chamadas para resolver ocorrências pontuais), a imagem da mulher polícia poderá ter um efeito mais apaziguador e integrador, pois, numa primeira intervenção, não se criará tão facilmente por parte do cidadão um sentimento tão negativo e de aversão à polícia⁷⁹.

Outra das diferenças é no estilo de liderança, enquanto os homens têm um estilo de liderança orientado para as tarefas e eficaz quando o que se precisa é ser autocrático, as mulheres geralmente são mais orientadas para as pessoas, centrando-se a sua liderança fundamentalmente nas relações (Antón, 2004). Ao encontro e suporte desta ideia, vem um estudo de Fausto Amaro e Rui Moura aplicado a várias empresas nacionais e internacionais. Este mostra que as mulheres desenvolvem mais apetências em atributos como a audição, as competências linguísticas, a orientação social e a empatia. Isto é, e ainda segundo os autores, o resultado de uma maior utilização de ambos os lados do cérebro, o que faz com que partam de uma situação mais vantajosa em relação aos homens no que respeita à gestão de equipas, e a métodos de negociação e de discurso (Amaro & Moura, 2008).

Noutra perspectiva, a visibilidade que a mulher polícia tem através dos media, também se revela quanto a nós de extrema importância. Antes de falarem da mulher como profissional, falam dela como mulher com todas as suas características naturais. Toda a tensão que a polícia provoca na sociedade, quer por ela ser o seu destino de intervenção, quer por a atenção que os media lhe dão, geram uma enorme tensão como sabemos. Todavia, o contrário também acontece, o polícia vive muito com a imagem que o público tem dele⁸⁰. Ao contrário, a forma como se faz o tratamento da polícia no feminino através dos media é desligada de tal tensão, a mulher fardada é usada como indicador de mudança, transformação, alteridade, e pluralidade para a polícia, com evidentes benefícios para a imagem pública da instituição, assim, a mulher aparece como mediadora entre a PSP e os próprios media, que acabam por ser mediadores da informação com a sociedade, e logo, inversamente, da sociedade para a instituição.

Para a prossecução do objectivo anteriormente enunciado, temos que ter em conta o subcapítulo anterior (sobre a masculinização), pois, a instituição tira mais proveito se a mulher trazer a sua condição feminina para o meio laboral (Clemente, 1997). Nisto assenta também a ideia que o anterior refere como *seguridade urbana no feminino*. Mais

⁷⁹ Cfr. resposta à questão n.º 3 em entrevista (anexo II).

⁸⁰ Aquando do estágio pudemos observar que em diversas esquadras, os elementos policiais afixavam excertos de jornal contendo notícias que diziam respeito directamente ao local onde trabalhavam e até mesmo unicamente à própria Instituição.

uma vez, a ideia de que a segurança representa um bem-comum, ajuda à representação da polícia na sociedade, ajudando também, à redução da vitimação feminina⁸¹ (Clemente, 1997). Partilha igualmente desta opinião Marta Silva, quando se refere à importância que a função pode ter na construção da igualdade social. Segundo esta, pode a igualdade ser reforçada socialmente, quando um dos géneros (masculino ou feminino) acede a profissões que regra geral são desempenhadas pelo outro género. Não obstante a anuência, para a entrevistada, não podemos ver isto como uma conjuntura absoluta, pois: *...é mais importante que entrem poucas mulheres em actividades que são muito masculinas, do que haver muitas em actividades que já são consideradas tanto para homens como para mulheres.*⁸²

Concluindo, a diversidade pode ser uma fonte de riqueza. Uma polícia que na sua composição reflecta a diversidade social, permite atender melhor aos seus problemas, bem como, aproveitar o talento vinculado a características e valores diferentes. Nesta perspectiva, cremos que, incorporar a mulher em ramos de lide directamente com a sociedade – manifestamente a OP no controlo de multidões – é uma garantia de uma maior credibilidade, é como dizer que aquela polícia é de todos, está para proteger todos, e não mais a uns do que a outros⁸³. (Hernández, 2004)

3.2.2. A Mulher na PSP

Depois de toda esta conjuntura, importa perceber de que maneira é que a PSP acolheu os elementos do sexo feminino, bem como, saber quais são os números actuais dos quadros da instituição.

Já há alguns anos que a PSP apostou na mudança organizacional da instituição, sendo a desmilitarização⁸⁴, o investimento na formação⁸⁵, a especialização orientada para

⁸¹ Na Índia, devido à pobreza e aos seus costumes que tendencialmente favorecem o sexo masculino, está a adoptar-se uma política de aumento de mulheres nas polícias com vista à divulgação dos seus direitos. Estas medidas têm contribuído também para uma diminuição da violência contra a mulher. *Vide* mais em: Martinez, M., – La Mujer Policía en el Mundo. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 71-77.

⁸² Cfr. entrevista em anexo II.

⁸³ Ainda nesta perspectiva acreditamos que um projecto de futuro poderá passar por tentar incorporar todas as minorias étnicas, pois temos mais credibilidade a partir do momento que somos mais representativos do espaço social que abordamos. Não podemos colocar um polícia de etnia negra a controlar uma manifestação de *Skinheads*, mas talvez a fazer patrulhamento de proximidade em bairros cuja maioria étnica seja a negra.

⁸⁴ Os já poucos militares existentes na instituição são a prova, como de resto se pode confirmar com os dados do Balanço Social de 2008 elaborado pela DN.

⁸⁵ O plano de formação anual é bem exemplo da preocupação da instituição em tentar manter os seus elementos instruídos e actualizados.

determinadas áreas criminais, a sindicalização⁸⁶, e o desenvolvimento de um policiamento de maior proximidade com o cidadão⁸⁷, o caminho que tem levado à inversão do polícia distante, não comunicativo, e que fazia uso da repressão para conseguir lograr os objectivos.

Ainda que os factos por último citados façam parte de um passado recente, já há muitos anos que se tinham dado provas da procura de um corpo policial mais ajustado à sociedade que servia. De 1930 a princípios de 1970, os elementos policiais femininos (menos de 20) exerciam funções de assistência e vigilância de mulheres e crianças⁸⁸ (Durão, 2003). Entre 1954 e 1980 as mulheres não passavam de guardas de 2ª classe (primeiro degrau da carreira policial⁸⁹), ou seja, era o mesmo que dizer hoje em dia, que não passariam da categoria de agentes e não teriam nenhuma perspectiva de carreira. Foi apenas em 1972 que se deu a integração pela primeira vez de mulheres no curso de alistados⁹⁰, no entanto, à saída do curso as suas oportunidades não iriam ser as mesmas que as dos homens no que respeita ao desempenho de funções. O objectivo desta integração feminina visou preencher quadros administrativos que elementos masculinos estariam a desempenhar, libertando-os para funções operacionais. A algumas mulheres foram-lhes dadas missões operacionais na mesma linha das funções anteriores (vigilância de mulheres e crianças...), contudo, estas viram a conquista de mais uma área policial – a do trânsito - ainda que, exclusivamente em regime diurno (Durão, 2003).

É a partir dos anos 1980 que se assiste à mudança mais significativa no que respeita à admissão de candidatos ao curso de alistados. Em tal curso, constaram 300 vagas⁹¹ - independentes das abertas para candidatos masculinos - para elementos femininos, o que demonstrou na data, uma notória preocupação da instituição em tentar melhorias na igualdade de circunstâncias entre ambos os sexos que tentam ingressar na profissão. Porém, só em 1985 deixa de haver dois quadros policiais diferenciados por sexo, sendo

⁸⁶ O número de Associações Sindicais e de sindicalizados é a prova de que não é pelo facto de uma instituição ser fortemente hierarquizada que não está aberto o espaço para o diálogo e para a troca de opiniões entre as chefias e os escalões mais baixos.

⁸⁷ Prova disto não é apenas a directiva do PIPP - Directiva Estratégia n.º 10/2006 de 15 de Maio - mas também toda a patente mudança de actuação a que se têm assistido ao longo dos anos pelo efectivo policial, estejam os elementos ou não afectos ao programa de proximidade.

⁸⁸ Apesar de haver notícia da anterior existência de um grupo de guardas do sexo feminino na polícia de Lisboa, foi em 1945 que se deu a primeira admissão de mulheres na PSP – art. n.º 23, do Decreto-Lei n.º 34882, de 4 de Setembro de 1945.

⁸⁹ Posição estatuída pelo estatuto do pessoal da PSP de 1953.

⁹⁰ Hoje em dia chamado CFA – Curso de Formação de Agentes.

⁹¹ Não podemos esquecer que depois do 25 de Abril de 1974 houve uma abertura da sociedade à igualdade de sexos em determinadas profissões. Bom exemplo disto são as 13.000 candidatas que concorreram para as 300 vagas enunciadas, demonstrando a evidente alteração de mentalidade na opção por um projecto de vida diferente do habitual.

criado o estatuto de igualdade entre todos os polícias⁹², e, na sequência de todas estas alterações, em 1989 deixa de haver registo de tensões por parte de mulheres polícias, o que demonstra uma maior satisfação e uma crescente paridade nas carreiras.

Poderíamos agora fazer uma abordagem pormenorizada àqueles que foram os números dos últimos anos da presença de elementos femininos nos quadros da PSP, no entanto, achamos que tal não se afigura necessário, sendo o realmente importante, a clarificação dos dados actuais do efectivo feminino. Então, abordando as áreas que nos parecem mais importantes e mais clarificadoras, pretendemos observar a questão da igualdade/desigualdade no seio da instituição. Basear-nos-emos em dados retirados directamente do Balanço Social da PSP⁹³, o que significa que têm fiabilidade absoluta até à data da elaboração do referido documento.

Dos 22.114 elementos do efectivo policial da PSP⁹⁴, 1.514 (7,1%) são mulheres a prestar serviço efectivo na PSP, sendo 1 Intendente, 6 Subintendentes, 13 Comissários, 47 Subcomissários, 194 Chefes⁹⁵, 35 Subchefes⁹⁶, 801 Agentes Principais e 397 Agentes. Na análise dos dados segundo a carreira que ocupam, apurámos que: no primeiro degrau da carreira policial, nos postos de Agente e Agente Principal, existem um total de 17.841 efectivos (84,6% do efectivo policial), sendo 1.198 elementos femininos, o que perfaz um percentagem de 6,7% na categoria profissional; na carreira de Chefes, nos postos de Subchefe e Chefe, num total de 2.350 elementos (12% do efectivo policial), 229 são mulheres, o que perfaz um total de 9,1% nesta categoria profissional; na carreira de Oficial⁹⁷, num total de 727 elementos (3,4% do efectivo policial), há 67 mulheres, o que perfaz um total de 9,23% neste escalão profissional.

Como vemos, os dados sucintamente analisados permitem-nos tirar conclusões imediatas acerca da constituição por sexo na PSP, no entanto, os números alteram quando analisamos os dados do efectivo do pessoal com funções não policiais⁹⁸ a prestar serviço na PSP. Assim, pudemos constatar que, tal efectivo é predominantemente feminino

⁹² Perante isto, a igualdade estendeu-se também ao âmbito das funções de trabalho.

⁹³ Instrumento de informação criado pelo Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de Outubro.

⁹⁴ Neste número incluem-se 880 elementos que se encontram a prestar serviço noutras entidades e 135 Cadetes-Alunos e Aspirantes não oriundos do quadro policial, no entanto, estes 1.015 elementos não constarão nos dados que se apresentarão.

⁹⁵ Segundo o novo Estatuto do Pessoal - Decreto-Lei n.º 299/2009 de 14 de Outubro - Chefes Principais.

⁹⁶ Segundo o novo Estatuto do Pessoal - Decreto-Lei n.º 299/2009 de 14 de Outubro - Chefes.

⁹⁷ Nos postos desta carreira enunciados anteriormente, só existem mulheres até à data do documento fonte, nos primeiros quatro postos: Subcomissário, Comissário, Subintendente e Intendente.

⁹⁸ Segundo Saldanha, (2007, p. 27), as funções não policiais são aquelas que: *não decorrem de actividades operacionais ou que não necessitem de um conhecimento técnico-policial para serem levadas a cabo.*

(81,5%), sendo que, as funcionárias têm uma maior incidência no escalão dos 50 aos 54 anos, perfazendo uma média de idades de 51, 6 anos.

Posto isto, o apresentado permite-nos sumariamente concluir que:

- Figuram nos quadros da nossa polícia um baixo efectivo de mulheres, estando muito aquém de poder representar justamente as mulheres da sociedade portuguesa;
- A percentagem de mulheres é mais alta na carreira de oficial, decrescendo ligeiramente na carreira de Chefes e significativamente na carreira de Agentes. Os números mais altos nas classes que chefiam, comparativamente com o total do efectivo feminino, demonstram uma maior preocupação na ascensão na carreira por parte das mulheres;
- A elevada percentagem de mulheres com funções não operacionais, bem como a sua elevada média de idades, poderão indicar a necessidade de estabilização que a mulher sente a partir de determinada altura, sendo o horário de expediente aquele que melhor se poderá ajustar à sua vida.

3.3. A MULHER POLÍCIA NO MUNDO

Face à análise anteriormente feita sobre a representação da mulher na PSP, importa agora comentar, ainda que muito sumariamente, essa mesma análise respeitante a alguns países da Europa e do resto do mundo⁹⁹. Só assim seremos capazes de retirar mais conclusões acerca dos números que as mulheres ocupam actualmente nas forças policiais, sem desprezarmos que no panorama actual não há países isolados e que as análises comparativas são uma constante que já vive com a população de cada país. Posto isto, percorrer-se-ão alguns números das polícias europeias, mas também sem o serem, para percebermos de que forma a nossa percepção poderá ser diferente da realidade.

Começando pelo país mais perto, Espanha, os números das mulheres no corpo policial civil daquele país (Cuerpo Nacional de Policía¹⁰⁰) chegam aos 12,83% do total do efectivo. Em França, igualmente no corpo policial que considerámos o homólogo da PSP (Police Nationale¹⁰¹), 8% do efectivo policial são mulheres, sendo que, observados os dados com mais escrutínio, podemos constatar que tais percentagens sobem – à

⁹⁹ Os dados apresentados foram retirados de: Martinez, M., – La Mujer Policía en el Mundo. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 71-77.

¹⁰⁰ Pelas suas características e pelo facto de ser uma força civil, consideramos o Cuerpo Nacional de Policía o homólogo da PSP em Espanha.

¹⁰¹ Pelas mesmas razões enunciadas anteriormente, consideramos a Police Nationale a homóloga da PSP em França.

semelhança do que se passa no nosso país – quando falamos de postos hierárquicos mais altos (9,2% e 10,12% em lugares de comando e lugares de direcção respectivamente). Na Holanda, exemplo de um país economicamente estável, as mulheres ocupam 25% do total dos corpos policiais. Na Suécia, país *exemplar* no que respeita à sua construção social, 33% do total do efectivo policial são mulheres, sendo contributo fundamental para isso, as fortes políticas sociais no apoio que dão, quer à instituição, quer à mulher dentro dela. Em Inglaterra, país extremamente apoiado no *community policing*, 20% do efectivo policial são mulheres, duplicando a percentagem quando falamos em elementos que prestam apoio à comunidade (39%). Ao contrário, na Bélgica, país económica e socialmente estável também, as mulheres apenas fazem parte de 4% do efectivo policial, pelo que, já há alguns anos que se tem vindo a tomar medidas no sentido de contrariar os números.

Observando agora dois países de recente incorporação na união europeia - facto que no-los faz remeter inconscientemente para uma posição de inferioridade no que respeita às suas políticas económicas e sociais, e logo à evolução das suas forças policiais -; na Lituânia, as mulheres ocupam 27% do total do efectivo policial, não deixando de surpreender igualmente a Letónia com 17%, um país que além da sua retardada entrada para a união europeia é independente apenas desde 1991.

Também no mundo muçulmano se estão a assistir a mudanças relevantes, por mais impossível que nos pareça a conjuntura político-social em que se inserem os países com esta tradição religiosa. Em Marrocos por exemplo, as mulheres podem aceder a diferentes escalas e categorias, contudo, sempre dentro de funções administrativas. No Irão, desde 2004 que estão a deixar as mulheres acederem aos quadros policiais. No Iraque, aquando da reestruturação da academia de polícia em 2004, entre 940 matriculados, 60 eram mulheres. Igualmente no Afeganistão, foram admitidas 29 mulheres entre os 1450 estudantes da academia de polícia depois do regime talibã.

Analisando agora brevemente o continente Americano, no México, pese embora as mulheres sejam 35% do efectivo policial, as suas funções resumem-se na maior parte dos estados¹⁰² às funções primordiais da integração da mulher nos corpos policiais – vigilância de mulheres, delinquência juvenil.... Nas Honduras, as mulheres ocupam 6% do efectivo total, tendo o seu papel na polícia hondurenha vindo a assumir cada vez um papel mais

¹⁰² Existem alguns estados em que as mulheres desempenham as mesmas funções que os homens e estão plenamente integradas em todos os serviços.

importante¹⁰³. Na Colômbia e no Panamá, as mulheres continuam a desempenhar as tarefas que já enunciámos como as primordiais da sua integração, no entanto, as suas percentagens são surpreendentes quando observámos o modelo de polícia que integra aqueles países – 15% e 10% respectivamente.

3.4. A MULHER EM UNIDADES ESPECIAIS DE INTERVENÇÃO – CONTRIBUTO PARA A IGUALDADE

O que tentaremos abordar no presente ponto, não será uma análise profunda à questão da integração das mulheres em unidades de intervenção. Tentar-se-á apenas perceber, ainda que sinteticamente, de que maneira é que o género feminino poderá contribuir para uma melhor intervenção de unidades mais musculadas. Ou seja, de que forma as mulheres poderão dar o seu contributo a unidades tipicamente constituídas por homens¹⁰⁴ e que estão mais expostas a fazer perigar os direitos fundamentais do cidadão. Desta maneira, analisaremos especialmente a integração de mulheres na UIP espanhola¹⁰⁵. Tentaremos também por fim, perceber de que forma, a admissão, formação e integração, estarão relacionadas com o conceito de igualdade.

Muitas noções poderíamos deixar aqui sobre a dissuasão, no entanto, perante a sociedade global em que nos encontrámos, não nos parece apropriado exprimir um conceito *lacto sensu*, que, tão depressa se encaixa numa determinada sociedade, como se desencaixa noutra com um diferente conjunto de valores. Assim, sobre isto, apenas faremos um breve apontamento que nos parece exemplo de uma tática que deveria ser mais vezes acolhida. Na Coreia do sul, perante a dificuldade de policiar um evento desportivo como é um mundial de futebol, as autoridades coreanas (até então sem qualquer experiência neste tipo de grandes eventos), viram-se ameaçadas pelo fenómeno das claques futebolísticas, mais precisamente dos *Hooligans*. Diante desta novidade desconhecida até então na Ásia, as FS adoptaram uma estratégia de OP exemplo até mesmo para países que já há muito lidavam com este tipo de adeptos. Foram colocadas mulheres a lidar com este

¹⁰³ Apesar da baixa percentagem, as mulheres desta polícia estão cada vez mais a aceder a postos superiores e a lutar para que a desigualdade acabe, como são prova os encontros de mulheres polícias que se realizam.

¹⁰⁴ Em Portugal existem subunidades totalmente constituídas por homens.

¹⁰⁵ Pois foi através de uma ex-operacional desta unidade que recolhemos dados através de entrevista (*vide* mais em anexo IV).

tipo de desordeiros com vista ao apaziguamento dos ânimos, deixando assim a ostentação e a força pública para um plano mais reservado.

Tentaremos analisar agora o ingresso da mulher na UIP espanhola, não só porque se revelou mais fácil recorrer a uma elemento desta unidade como fonte (através de instrumento de recolha de dados - entrevista), mas também pela semelhança funcional que apresenta aquela unidade com o nosso CI, e desde logo, pela analogia que referimos anteriormente acerca da similitude do CNP e da PSP. Para melhor nos apoiarmos, e porque não tivemos até agora qualquer experiência no que respeita ao funcionamento de unidades de intervenção de polícias que não sejam a nossa, faremos uso corrente da entrevista à Sra. Subinspectora Pilar Rodriguez Castro¹⁰⁶.

As missões genéricas da UIP baseiam-se na segurança e tranquilidade públicas (OP), na protecção da casa real, protecção de altas entidades, e apoio nos policiamentos a grandes eventos¹⁰⁷. A admissão nesta unidade é feita mediante a prestação de provas físicas¹⁰⁸, técnico-profissionais e psicotécnicas, sendo que em todas estas fases não existe qualquer distinção entre elementos masculinos e femininos. Depois do ingresso, os admitidos têm uma formação de um mês conjunta, onde também não existe qualquer distinção entre sexo, desde as aulas físicas até às aulas respeitantes à vertente da OP. Feito o curso, a integração em funções na unidade não são distintas em função do género, sendo todos os elementos integrados em funções operacionais¹⁰⁹.

Fazendo agora a analogia para o caso português, e mais concretamente o CI dentro da PSP, pode facilmente constatar-se que, as provas de acesso a esta subunidade revelam-se muito mais inacessíveis do que para aceder à UIP do CNP. Os candidatos terão que preencher os requisitos para ingressar na UEP, e só depois disto, fazer as provas específicas de ingresso na subunidade. No que consta aos requisitos a serem preenchidos na primeira fase¹¹⁰, encontramos diferenças nas exigências da altura dos candidatos (1,75m para homens e 1,65m para mulheres) e também nas provas físicas (não só por aos candidatos femininos não ser imposto a execução de flexões de braços suspenso em barra, mas também porque para atingirem os valores fixados em tabela não precisarem de atingir os resultados impostos aos candidatos do sexo masculino)¹¹¹. Só depois de passados os

¹⁰⁶ Cfr. entrevista em anexo IV.

¹⁰⁷ Cfr. resposta à questão n.º 2 em entrevista referida anteriormente.

¹⁰⁸ As provas físicas constam de natação em estilo livre, subida de corda, corrida de resistência e corrida de velocidade.

¹⁰⁹ Cfr. entrevista em anexo IV.

¹¹⁰ Regime de recrutamento, colocação e prestação de serviço na UEP da PSP.

¹¹¹ Cfr. documento que fixa as normas de execução das provas físicas e sua execução.

testes para ingressar na UEP, os candidatos são chamados a prestar provas para a unidade na qual pretendem ingressar. No caso do CI, terão que efectuar a prova técnica específica do CI¹¹², que por ser de difícil explicação e extensiva não a enunciaremos aqui. Cabe-nos apenas referir que, é uma prova que não faz qualquer distinção entre candidatos masculinos e femininos, tendo os candidatos que executá-la durante 24 horas em três dias que culminarão com um exame médico final.

Esta pequena comparação que acabamos de tomar como exemplo, servirá agora de referência para analisarmos alguns parâmetros que achamos pertinentes para melhor acedermos àquilo que será um contributo para a igualdade.

Como podemos confirmar através de entrevista¹¹³, cremos que, a integração da mulher em unidades especiais de intervenção, contribuirá para uma maior igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade, pois, para a sociedade, o poder de opção por determinada profissão ou função dentro dessa mesma profissão, transmite uma imagem de igualdade, na medida em que, igualdade é, e segundo Marta Silva, um princípio de organização social, não tendo nada a ver com as características individuais de cada um¹¹⁴. Nesta mesma perspectiva, inserimos aqui as provas físicas como prova principal na eliminação das candidatas a unidades deste tipo. A elas não lhes é vedado o acesso, tão só, pelas suas características individuais, não conseguem fazer as provas de ingresso (no caso português). Nesta linha, fundamenta Marta Silva a exigente selecção de candidatos quando refere que, as provas físicas só devem ser diferenciadas em função do género, quando isto não coloque em causa a capacidade individual e do colectivo que tem que reagir.

Assim, porque não temos qualquer dúvida que a função actual e geral de uma subunidade de reserva como o CI não possa ser posta em causa, acreditamos que, à semelhança do caso espanhol, não deve haver qualquer distinção entre sexos no que respeita às provas de admissão à frequência no curso em unidades deste tipo. Isto, para além de contribuir para a construção de uma maior igualdade e para o abandono de um estereótipo de que as mulheres não conseguem aceder a todas as funções, contribuirá possivelmente para a mudança de mentalidade daqueles que integram hoje em dia estas unidades.

¹¹² Fazem parte destas provas a corrida contínua, prova de obstáculos, prova de agressividade, prova de acrofobia, prova de memória, prova marcor, prova de claustrofobia com canídeos, prova anti-stress, ginástica de aptidão policial, pista de admissão, prova de grupo, prova de claustrofobia com gases, teste escrito e pista de agilidade.

¹¹³ Vide anexo II.

¹¹⁴ Vide anexo II.

CAPÍTULO IV – O CORPO DE INTERVENÇÃO

...hoje, mais importante que ter é o ser...

(Chiavenato, 2005, p.160)

4.1. DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Neste capítulo, tentaremos chegar àquilo que é a resposta à nossa questão em estudo (em capítulo próprio enunciada), no entanto, não nos parece sensato fazê-lo, sem antes abordar teoricamente vários assuntos que achamos pertinentes para a melhor leitura daquilo que será a apresentação de resultados.

É certo e sabido hoje em dia, que cada organização tem a sua cultura, não vivêssemos nós actualmente num mundo cheio de organizações. Desta realidade resulta o conhecimento – que quanto a nós já é senso comum – que cada organização tem as suas especificidades, não fazendo parte de um modelo comum, a maneira como as pessoas se relacionam, os valores, os modos de comportamento, e inevitavelmente a missão da organização. Por isto, trabalhar, participar nas actividades, interagir, viver o mesmo espaço..., é viver uma organização, logo, é participar intimamente na sua CO (Chiavenato, 2005).

Para Shein, CO não é mais que uma maneira de resolver problemas de integração interna e externa, através da criação de um padrão comum ao grupo que funciona e é aceite por todos, sendo transmitido a novos membros como a forma correcta de perceber, pensar, e sentir, face a situações ou problemas (Shein, *apud* Chiavenato, 2005). Isto não é mais que o comportamento dos membros de uma organização padronizado e orientado por normas informais e não escritas, com vista a direccionar acções para alcançar os objectivos organizacionais. É a CO ao serviço da missão e dos objectivos, sendo tão essencial o seu alinhamento como qualquer decisão, acção e planeamento dentro da organização com vista ao alcance de determinado objectivo (Chiavenato, 2005). Segundo o mesmo autor: *...a cultura organizacional é o conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas, compartilhado por todos os membros da organização. A cultura espelha a mentalidade que predomina em uma organização* (2005, p. 159).

Pelo exposto, facilmente nos apercebemos que, compreendendo a CO de uma organização, depressa compreendemos a sua mentalidade, e por conseguinte, os seus objectivos, os seus procedimentos.... Não obstante, a dificuldade não está em perceber os

aspectos formais da CO – políticas e directrizes, métodos, procedimentos, objectivos, estrutura hierárquica... -, pois estes, são visíveis e publicamente observáveis, estando acima de tudo orientados para os aspectos operacionais e de tarefas. A verdadeira dificuldade reside em perceber, os aspectos informais (aqueles que de certa forma se encontram ocultos) – percepções, sentimentos, valores, interacções...-, porque, estes só são passíveis de percepção, quando conseguimos *mergulhar* na organização. Segundo o mesmo autor, também são estes os aspectos mais difíceis de serem mudados ou de sofrerem alterações, porém, cremos que é aqui que se devem começar a *preparar* os elementos da organização quando o nosso objectivo é a mudança.

4.1.1. Os componentes da cultura organizacional

No intuito de avaliarmos agora, ainda que hipoteticamente, os componentes da CO do CI da PSP, basear-nos-emos na abordagem feita por Edgar Shein, e tentaremos extrapolar as suas conclusões à nossa população objecto de estudo. O objectivo é mais uma vez, conseguir chegar à análise de resultados teoricamente bem sustentados.

Para o referido autor, toda a CO existe em três níveis diferentes de apresentação: os artefactos – estruturas e processos organizacionais visíveis, logo, mais fáceis de decifrar; os valores compartilhados – as filosofias, estratégias e objectivos, logo, disposições partilhadas e não partilhadas; e as pressuposições básicas – percepções, pensamentos, e sentimentos, logo, fontes mais profundas dificilmente observáveis (2005). Segundo o autor, estes são os elementos essenciais para se conhecer e compreender a CO de uma organização. Na sequência daquilo que referimos no subcapítulo anterior, é nada mais nada menos que, a compreensão dos aspectos formais e informais.

Começando do mais perceptível para o menos perceptível, os artefactos, constituindo aquilo que é mais visível na CO, são todas as coisas que cada um assimila logo quando se depara com uma organização que lhe não é familiar. Por exemplo, para a polícia, é tudo aquilo que o cidadão constata aquando do desvio da sua atenção para: os padrões de comportamento, o modo de fardamento, a maneira como se interage, como se comportam, ou seja, tudo aquilo que lhe desperta atenção nos elementos policiais. São simplesmente, o conjunto de acções observáveis que se percebem logo quando o alvo é um grupo de elementos pertencentes a uma mesma organização, que pela conjuntura do momento, fazem chamar e requerer a atenção de sujeitos externos àquela CO. Explicado

isto, facilmente somos capazes de identificar os artefactos que constituem a CO do CI. Estes, estão actualmente intimamente ligados, à acção musculada de grupo, ao impacto, e à forte presença de constituírem uma força da PSP pouco visível no dia-a-dia do cidadão.

Passando agora para um nível um pouco mais oculto ao exterior da organização; os valores compartilhados, são um nível da CO que define aquilo que é aceite por todos e que de certa forma, expõe a razão e justifica a acção do grupo, funcionando como a justificação enraizada aceite por todos, pegando numa frase comumente dita: *não sei porquê, mas sempre se fez assim*. Por exemplo: certamente que a forma de agir do CI há trinta anos contemplava outros padrões de actuação que não são os mesmos de agora, parecendo-nos aos olhos de hoje aquela, descabida e desmesurada. No entanto, para aquela maneira de agir, havia valores compartilhados organizacionalmente que legitimavam e justificavam de certa forma a intervenção. Com o passar dos anos, e com a necessidade de mudança, também as normas impostas (alterações formais) foram alteradas, o que a pouco e pouco se foi reflectindo numa alteração informal da CO – o valor compartilhado é aceite por todos os elementos.

Por último, temos as pressuposições básicas, definidas pelo autor como crenças inconscientes e tudo aquilo que é mais íntimo, mais profundo e mais oculto numa determinada organização. Se os valores analisados anteriormente podiam ser de certa forma alterados pela norma de forma a introduzir-se lentamente na forma de agir dos elementos, aqui encontramos-nos num patamar muito distante dos aspectos formais, e por conseguinte, também da norma. Neste nível, encontra-se tudo aquilo em que os membros da organização acreditam, esteja regulamentado ou não. A cultura estatui por vezes a maneira certa de fazer as coisas através de pressuposições não escritas e nem sequer faladas. Podemos aqui falar de um certo espírito corporativo a que somos sujeitos aquando da entrada numa organização, em que, sem nos apercebermos, no final de algum tempo já estamos imbuídos do sentimento que lá reina (Shein, *apud* Chiavenato, 2005).

4.2. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

4.2.1. A PSP

Tentaremos neste subcapítulo, introduzir o contexto organizacional do nosso estudo. Pese embora toda a conveniência no referido, não nos alongaremos, pois o que pretendemos dar, é uma panorâmica organizacional da instituição onde se encontra inserida a nossa amostra de estudo – elementos do CI. Desta maneira, começaremos por introduzir a UEP – uma recente criação da PSP, e desde já muito sucintamente, a PSP.

A PSP é *uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa*¹¹⁵. A sua missão primordial é a de *assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos...*¹¹⁶.

A PSP compreende na sua organização geral a Direcção Nacional, as unidades de polícia e os estabelecimentos de ensino policial¹¹⁷.

4.2.2. A UEP

A UEP foi criada com a publicação da nova LOPSP, estando no artigo n.º40 da mesma lei especificado o enquadramento administrativo das cinco subunidades da seguinte forma: *...é uma unidade especialmente vocacionada para operações de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades, inactivação de explosivos e segurança em subsolo e aprontamento e projecção de forças para missões internacionais.*

Esta unidade equiparada a Comando Distrital de Polícia, possui uma estrutura de comando único que integra todas as valências da PSP e actua em reforço do dispositivo territorial da PSP. O objectivo da sua criação foi melhorar a operacionalidade da PSP e rentabilizar os recursos humanos e financeiros.

Assim, encontra-se enquadrada nas unidades de polícia¹¹⁸, sendo constituída organicamente pelas seguintes subunidades operacionais: Corpo de Intervenção, Grupo de

¹¹⁵ Cfr. art.1º n.º 1 da LOPSP.

¹¹⁶ Cfr. art.1º n.º 2 da LOPSP.

¹¹⁷ Cfr. art.17º da LOPSP.

¹¹⁸ Cfr. art.19º da LOPSP.

Operações Especiais, Corpo de Segurança Pessoal, Centro de Inativação de Explosivos e Segurança em Subsolo e o Grupo Operacional Cinotécnico¹¹⁹.

4.2.3. O CI

Neste contexto, analisaremos agora o CI da PSP, subunidade da UEP só assim chamada desde 5 de Abril de 1977¹²⁰, porque já antes desta data existiam corpos especialmente vocacionados para a manutenção e reposição da OP.

Conforme o artigo n.º42 da LOPSP, o CI é: *uma força de reserva à ordem do director nacional especialmente preparada e destinada a ser utilizada em acções de manutenção e reposição de ordem pública, combate a situações de violência concertada, colaboração com os comandos no patrulhamento em condições a definir por despacho do director nacional*. É assim considerada uma subunidade polivalente devido às suas principais missões hoje em dia, que são: os policiamentos desportivos e o acompanhamento de claque de maior dimensão e risco, o apoio a operações tipo rusga, apoio a operações de fiscalização de estabelecimentos que envolvam mais perigosidade, o apoio a operações em feiras e mercados, o reforço da segurança em grandes eventos (festivais, feiras e exposições...), a segurança a instalações diplomáticas e outras que tenham elevado grau de ameaça, a segurança a julgamentos de risco, e patrulhamento. Esta subunidade é ainda por excelência¹²¹, a indicada a acompanhar manifestações de grandes dimensões ou de maior risco.

Como vemos, a esta subunidade, apesar da extensão enorme no tipo de acções que desenvolve, está-lhe associada permanentemente uma característica, o risco que comporta, pelo que, surge como corolário de toda a perigosidade e especificidade na missão, um forte espírito corporativo e de camaradagem enraizado ao longo dos anos através de uma CO forte e resistente a mudanças.

¹¹⁹ Cfr. art. 41º da LOPSP.

¹²⁰ Data da sua criação através do Decreto-Lei n.º 131/77.

¹²¹ Pela formação distinta que têm das outras subunidades da UEP, nomeadamente o Curso de OP.

4.3. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

As respostas dos sujeitos às três escalas do questionário podem ser apreciadas nas tabelas nºs 2, 3 e 4. Nelas evidenciamos em cinza as respostas mais frequentes (moda) em cada questão.

As questões que motivaram um maior número de concordâncias foram “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando” (53,4%), e, “Existe espírito de camaradagem e entreajuda entre elementos masculinos e femininos” (60,2%). Pelo contrário, uma percentagem elevada discorda da afirmação “Existe igualdade de oportunidades e de tratamento entre elementos masculinos e femininos com funções policiais” (63,4%).

TABELA 2- FACILIDADE/DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS FEMININOS

		1	2	3	4	5	Total
Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP	Freq.	23	23	29	58	28	161
	%	14,3	14,3	18,0	36,0	17,4	100,0
Existe igualdade de oportunidades e de tratamento entre elementos masculinos e femininos com funções policiais	Freq.	47	55	23	26	10	161
	%	29,2	34,2	14,3	16,1	6,2	100,0
Existe espírito de camaradagem e entreajuda entre elementos masculinos e femininos	Freq.	11	20	33	67	30	161
	%	6,8	12,4	20,5	41,6	18,6	100,0
Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando	Freq.	17	19	39	70	16	161
	%	10,6	11,8	24,2	43,5	9,9	100,0
As mulheres dão provas de boa capacidade de desempenho de qualquer tarefa policial	Freq.	37	28	62	27	7	161
	%	23,0	17,4	38,5	16,8	4,3	100,0

Legenda:

- 1 - Discordo Totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Nem discordo nem concordo
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

Já da análise à tabela nº 3, podemos facilmente depreender que, 67,7% concorda que “Na PSP as mulheres são protegidas”, por outro lado em idêntica percentagem (60,2%) discordam da afirmação “Na PSP o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenho da tarefa policial. Já a afirmação, “Durante o período de instrução as mulheres são estimuladas a deixar os seus comportamentos tipicamente femininos” obteve uma discordância de 52,2%. Estes dois elevados resultados nas respostas às duas primeiras afirmações, corroboram, quanto a nós, o grau de discordância com a 2ª questão da anterior tabela.

TABELA 3 - FAVORABILIDADE NA INTEGRAÇÃO DOS ELEMENTOS FEMININOS

		1	2	3	4	5	Total
As mulheres polícias têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem	Freq.	22	23	45	53	18	161
	%	13,7	14,3	28,0	32,9	11,2	100,0
Na PSP as mulheres têm que adaptar-se aos valores masculinos (alguns militares) e alterar a sua maneira de ser	Freq.	21	39	45	41	15	161
	%	13,0	24,2	28,0	25,5	9,3	100,0
As mulheres têm que se esforçar mais que os homens para ocuparem o seu lugar e o seu trabalho ser reconhecido	Freq.	45	63	31	15	7	161
	%	28,0	39,1	19,3	9,3	4,3	100,0
As mulheres polícias são muito controladas nas suas actividades	Freq.	44	63	41	11	2	161
	%	27,3	39,1	25,5	6,8	1,2	100,0
Na PSP as mulheres são antes de mais vistas como mulheres e só depois como polícias	Freq.	23	44	40	32	22	161
	%	14,3	27,3	24,8	19,9	13,7	100,0
Na PSP as mulheres são protegidas	Freq.	9	11	32	51	58	161
	%	5,6	6,8	19,9	31,7	36,0	100,0
Na PSP o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenho da tarefa policial	Freq.	44	53	35	23	6	161
	%	27,3	32,9	21,7	14,3	3,7	100,0
Durante o período de instrução as mulheres são estimuladas a deixar os seus comportamentos tipicamente femininos	Freq.	31	53	51	16	10	161
	%	19,3	32,9	31,7	9,9	6,2	100,0

A afirmação “A utilização de mulheres em cenários de manutenção e reposição da Ordem Pública é descabida e perigosa” motiva a concordância de 60,3% dos inquiridos e ao contrário, mas com o mesmo sentido, 77,6% discorda da afirmação “A utilização de mulheres na linha da frente seria um bom meio para facilitar o diálogo com os manifestantes”.

TABELA 4 - VALORES RELACIONADOS COM A INTERVENÇÃO DAS FO

		1	2	3	4	5	Total
A intervenção deverá ser a mínima indispensável	Freq.	17	25	34	50	35	161
	%	10,6	15,5	21,1	31,1	21,7	100,0
A intervenção deverá ser musculada, com base numa demonstração de força para incentivar a dispersão	Freq.	3	8	27	57	66	161
	%	1,9	5,0	16,8	35,4	41,0	100,0
A intervenção deverá ser máxima e reactiva, tendo como fim fim último os objectivos das Forças da Ordem	Freq.	5	19	42	62	33	161
	%	3,1	11,8	26,1	38,5	20,5	100,0
A intervenção deverá estabelecer um equilíbrio entre os das Forças da Ordem e os objectivos dos manifestantes	Freq.	21	22	37	59	22	161
	%	13,0	13,7	23,0	36,6	13,7	100,0
A intervenção deverá respeitar acima de tudo os Direitos dos dos manifestantes	Freq.	21	27	50	43	20	161
	%	13,0	16,8	31,1	26,7	12,4	100,0
O diálogo é o melhor caminho para atingir os objectivos das Forças da Ordem	Freq.	15	29	49	48	20	161
	%	9,3	18,0	30,4	29,8	12,4	100,0
A utilização de mulheres na linha da frente seria um bom para facilitar o diálogo com os manifestantes	Freq.	86	39	24	5	7	161
	%	53,4	24,2	14,9	3,1	4,3	100,0
A utilização de mulheres em cenários de manutenção e reposição de Ordem Pública é descabida e perigosa	Freq.	7	26	31	37	60	161
	%	4,3	16,1	19,3	23,0	37,3	100,0
A utilização de mulheres nestes cenários dá uma imagem de democratização da PSP	Freq.	37	28	53	31	12	161
	%	23,0	17,4	32,9	19,3	7,5	100,0

Consistência interna

A consistência interna das escalas utilizadas foi analisada com o coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach. Os valores encontrados variam entre um mínimo de 0,630 (fraco) e um máximo de 0,805 (bom).

TABELA 5 - CONSISTÊNCIA INTERNA

	Alpha de Cronbach	Nº de Itens
Facilidade/dificuldade de integração	,805	5
Favorabilidade de integração	,630	8
Valores	,638	9

Teste de hipóteses

Para testar as hipóteses vamos usar como referência para rejeitar a hipótese nula um nível de significância (α) $\leq 0,05$, embora se encontrarmos diferenças significativas para (α) $\leq 0,10$ também as comentemos. Como as nossas variáveis dependentes são de tipo ordinal, nos casos em que compararmos dois grupos vamos utilizar o teste de Mann-Whitney e quando compararmos três ou mais grupos o teste de Kruskal-Wallis. Nestes caso, se encontrarmos diferenças significativas procederemos como descrito em Marôco (2007). Basicamente isto consiste em ordenar a variável dependente através do procedimento Rank Cases e depois utilizar os testes de comparação múltipla da Anova One-Way sobre a variável ordenada. Para facilidade de compreensão os valores apresentados correspondem à média e não aos valores da ordenação média.

Hipótese 1 - A função desempenhada influencia a opinião dos inquiridos sobre a facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos na PSP.

Encontramos as seguintes diferenças, que são estatisticamente significativas:

TABELA 6 - TESTES DE KRUSKAL-WALLIS

	Qui-quadrado	gl	Sig.
P6_01	7,570	2	0,023 *
P6_02	2,016	2	0,365
P6_03	5,646	2	0,059 *
P6_04	5,850	2	0,054 *
P6_05	4,896	2	0,086 *
P7_01	0,735	2	0,692
P7_02	0,566	2	0,754
P7_03	1,295	2	0,523
P7_04	0,703	2	0,704
P7_05	3,282	2	0,194
P7_06	2,208	2	0,332
P7_07	2,854	2	0,240
P7_08	1,488	2	0,475

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,10$

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP”, $\chi^2 (2) = 7,570$, $p=0,023$, o teste de comparação múltipla *a posteriori* de Tukey indica-nos que os Chefes concordam significativamente mais com a afirmação do que os Agentes e Agentes principais (média=4,17 versus 3,30 e 3,09). Sendo que, as diferenças de opinião entre os Agentes e os Agentes principais não são estatisticamente significativas.

TABELA 7 - TESTE DE TUKEY

Categoria	Subconjunto para alpha = 0.05		
	N	1	2
Agente	69	3,09	
Agente principal	76	3,30	
Chefe	12		4,17
Sig.		,813	1,000

Na afirmação “Existe espírito de camaradagem e entreaajuda entre elementos masculinos e femininos”, $\chi^2 (2) = 5,646$, $p=0,059$, os Chefes concordam significativamente mais com a afirmação do que os Agentes e Agentes principais (4,25 versus 3,49 e 3,45). Sendo que, as diferenças de opinião entre os Agentes e os Agentes principais não são estatisticamente significativas.

TABELA 8 - TESTE DE TUKEY

Categoria	Subconjunto para alpha = 0.05		
	N	1	2
Agente principal	76	3,45	
Agente	69	3,49	
Chefe	12		4,25
Sig.		,988	1,000

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando”, $\chi^2 (2) = 5,850$, $p=0,054$, os Chefes concordam significativamente mais com a afirmação do que os Agentes (4,00 versus 3,16), sendo que, a diferença de opinião entre Chefes e Agentes Principais, não é estatisticamente significativa.

TABELA 9 - TESTE DE TUKEY

Categoria	Subconjunto para alpha = 0.05		
	N	1	2
Agente	69	3,16	
Agente principal	76	3,30	3,30
Chefe	12		4,00
Sig.		,888	,064

Na afirmação “As mulheres dão provas de boa capacidade de desempenho de qualquer tarefa policial”, $\chi^2 (2) = 4,896$, $p=0,086$, os Chefes concordam significativamente mais com a afirmação do que os Agentes e Agentes principais (3,33 versus 2,57 e 2,52). Sendo que, as diferenças de opinião entre os Agentes e os Agentes principais também não são estatisticamente significativas.

TABELA 10 - TESTE DE TUKEY

Categoria	Subconjunto para alpha = 0.05		
	N	1	2
Agente	69	2,52	
Agente principal	76	2,57	
Chefe	12		3,33
Sig.		,988	1,000

A Hipótese 1 é assim confirmada parcialmente. Independentemente da categoria profissional (Agentes/Agentes principais e Chefes/Chefes principais), a função desempenhada é que faz variar as respostas dos inquiridos, pois, para categorias profissionais diferentes mas com funções semelhantes, não se verificaram na maior parte dos casos diferenças nas respostas. Desta maneira, podemos dizer que os indivíduos com a função de Chefe e Chefe Principal, têm uma opinião mais positiva quanto à integração e aceitação da mulher na PSP. Quanto à mulher em posições de chefia ou comando, as opiniões dos inquiridos segundo as funções que desempenham não são estatisticamente significativas.

Hipótese 2 – Os indivíduos mais novos têm uma opinião mais positiva acerca da integração dos elementos femininos na PSP.

Encontramos as seguintes diferenças, que são estatisticamente significativas:

TABELA 11 - TESTES DE MANN-WHITNEY

	Z	Sig.
P6_01	-2,401	,016 *
P6_02	-,601	,548
P6_03	-1,688	,091 **
P6_04	-2,238	,025 *
P6_05	-2,601	,009 *
P7_01	-,496	,620
P7_02	-,466	,641
P7_03	-,111	,912
P7_04	-,908	,364
P7_05	-2,653	,008 *
P7_06	-,944	,345
P7_07	-1,020	,308
P7_08	-1,071	,284

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,10$

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP”, $Z=-2,401$, $p=0,016$, os sujeitos com mais de 35 anos concordam mais com a afirmação do que os sujeitos mais novos (3,56 vs 3,06).

Na afirmação “Existe igualdade de oportunidades e de tratamento entre elementos masculinos e femininos com funções policiais”, $Z=-1,688$, $p=0,091$, os sujeitos com mais de 35 anos concordam mais com a afirmação do que os sujeitos mais novos (3,69 vs 3,40).

Na afirmação “Existe espírito de camaradagem e entreajuda entre elementos masculinos e femininos”, $Z=-2,238$, $p=0,025$, os sujeitos com mais de 35 anos concordam mais com a afirmação do que os sujeitos mais novos (3,52 vs 3,13).

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando”, $Z=-2,601$, $p=0,009$, os sujeitos com mais de 35 anos concordam mais com a afirmação do que os sujeitos mais novos (2,90 vs 2,40).

Na afirmação “Na PSP as mulheres são antes de mais vistas como mulheres e só depois como polícias”, $Z=-2,653$, $p=0,008$, os sujeitos com menos de 35 anos concordam mais com a afirmação do que os sujeitos com mais de 35 anos (3,14 vs 2,62).

A **Hipótese 2 é Infirmada**. Na opinião em função da idade acerca da integração e aceitação das mulheres na PSP, encontraram-se diferenças significativas nas respostas dos inquiridos pertencentes a dois grupos: dos inquiridos com mais de 35 anos e dos inquiridos com menos de 35 anos. Assim, foi possível aferir que, os indivíduos com mais de 35 anos têm uma opinião mais favorável acerca da integração/aceitação da mulher na PSP que os indivíduos com menos de 35 anos. Também é nesta faixa etária mais elevada que os indivíduos acham que na PSP se vê mais a mulher como polícia e não tanto como mulher.

Hipótese 3 - A habilitações académicas influenciam a opinião dos inquiridos sobre a facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos na PSP.

Encontramos as seguintes diferenças, que são estatisticamente significativas:

TABELA 12 - TESTES DE KRUSKAL-WALLIS

	Qui-quadrado	gl	Sig.
P6_01	7,984	3	,046 *
P6_02	2,293	3	,514
P6_03	3,345	3	,341
P6_04	7,898	3	,048 *
P6_05	1,650	3	,648
P7_01	2,979	3	,395
P7_02	3,686	3	,297
P7_03	2,922	3	,404
P7_04	1,056	3	,788
P7_05	,271	3	,965
P7_06	1,300	3	,729
P7_07	4,426	3	,219
P7_08	3,585	3	,310

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,10$

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP”, $\chi^2 (3) = 7,984$, $p=0,046$, o teste de comparação múltipla *a posteriori* de Tukey indica-nos que os sujeitos com o 12º ano concordam significativamente mais com a afirmação do que os sujeitos com o 11º ano (3,46 versus 2,36).

TABELA 13 - TESTE DE TUKEY

Escolaridade	N	Subconjunto para alpha = 0.05	
		1	2
11 anos de escolaridade	11	2,36	
Ens. superior	21	2,86	2,86
9 anos de escolaridade	10	3,30	3,30
12 anos de escolaridade	116		3,46
Sig.		,077	,156

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando”, $\chi^2 (3) = 7,898$, $p=0,048$, os sujeitos com o 9º ano ou o 12º ano concordam significativamente mais com a afirmação do que os sujeitos com o 11º ano (3,50 e 3,41 versus 2,36).

TABELA 14 - TESTE DE TUKEY

Escolaridade	N	Subconjunto para alpha = 0.05	
		1	2
11 anos de escolaridade	11	2,36	
Ens. superior	21	3,10	3,10
12 anos de escolaridade	116		3,41
9 anos de escolaridade	10		3,50
Sig.		,250	,733

A **Hipótese 3 é infirmada**. Os dados anteriormente apresentados, permitem-nos concluir que os indivíduos mais cépticos à entrada da mulher na PSP, são aqueles que possuem o 11º ano, no entanto, nenhuma relação nos é permitida fazer entre as habilitações académicas dos inquiridos e a sua opinião acerca da integração/aceitação das mulheres na PSP.

Hipótese 4 – Os valores dos inquiridos (liberais *versus* conservadores), influenciam a sua opinião relativamente à facilidade e favorabilidade de integração dos elementos femininos nas FO.

Encontramos as seguintes diferenças, que são estatisticamente significativas:

TABELA 15 - TESTES DE MANN-WHITNEY

	Z	Sig.
P6_01	-1,860	,063 **
P6_02	-3,102	,002 *
P6_03	-2,602	,009 *
P6_04	-2,493	,013 *
P6_05	-3,993	,000 *
P7_01	-1,477	,140
P7_02	-,796	,426
P7_03	-1,503	,133
P7_04	-,560	,575
P7_05	-,763	,445
P7_06	-2,835	,005 *
P7_07	-2,318	,020 *
P7_08	-1,518	,129

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,10$

Na afirmação “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP”, $Z=-1,860$, $p=0,063$, os sujeitos com valores mais liberais concordam mais com a afirmação do que os sujeitos com valores mais conservadores (3,45 vs 3,04).

Na afirmação “Existe igualdade de oportunidades e de tratamento entre elementos masculinos e femininos com funções policiais”, $Z=-3,10$, $p=0,002$, os sujeitos com valores mais conservadores discordam mais da afirmação do que os sujeitos com valores mais liberais (2,03 vs 2,60).

Na afirmação “Existe espírito de camaradagem e entreajuda entre elementos masculinos e femininos”, $Z=-2,602$, $p=0,009$, os sujeitos com valores mais liberais concordam mais com a afirmação do que os sujeitos com valores mais conservadores (3,74 vs 3,24).

Na afirmação, “Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando”, $Z=-2,493$, $p=0,013$, os sujeitos com valores mais liberais concordam mais com a afirmação do que os sujeitos com valores mais conservadores (3,51 vs 3,03).

Na afirmação “As mulheres dão provas de boa capacidade de desempenho de qualquer tarefa policial”, $Z=-3,993$, $p=0,000$, os sujeitos com valores mais conservadores discordam mais da afirmação do que os sujeitos com valores mais liberais (2,21 vs 2,92).

Na afirmação “Na PSP as mulheres são protegidas”, $Z=-2,835$, $p=0,005$, os sujeitos com valores mais conservadores concordam mais com a afirmação do que os sujeitos com valores mais liberais (4,12 vs 3,67).

Na afirmação “Na PSP o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenho da tarefa policial”, $Z=-2,318$, $p=0,020$, os sujeitos com valores mais conservadores discordam mais da afirmação do que os sujeitos com valores mais liberais (2,10 vs 2,52).

A **Hipótese 4 é confirmada**. Segundo os dados, foi-nos possível aferir que, os elementos com valores mais liberais têm uma opinião mais favorável acerca da integração/aceitação da mulher na PSP comparativamente com aqueles que têm valores mais conservadores. De encontro a esta conclusão, acresce o facto de os indivíduos com valores mais conservadores terem a opinião de que na PSP as mulheres são protegidas, na medida em que não há as mesmas oportunidades e tratamento entre géneros, bem como, discordam mais quando se pergunta se o género não influencia o desempenho das tarefas policiais.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, foi nossa intenção organizá-lo de forma simples mas ao mesmo tempo completa. Assim, com vista a consolidar o exposto, aproveitamos agora para fazer uma reflexão do estudo elaborado com vista a tirar ilações úteis.

Importa também desde já referir, as dificuldades sentidas. A conciliação do estágio com os horários destinados à investigação, bem como, a adaptação aos novos horários característicos da função operacional policial, dificultaram em muito o cumprimento do cronograma antevisto por nós. Porém, a maior dificuldade sentida, foi claramente a inexperiência na realização de trabalhos de investigação. Pese embora todas as contrariedades apontadas, podemos afirmar nesta altura que, se viveu uma experiência profícua e gratificante, não só em termos científicos e académicos, mas especialmente em termos pessoais. Feita esta ressalva, daremos agora a conhecer as conclusões do nosso estudo.

Não existe hoje em dia, qualquer dúvida acerca da importância do papel da polícia num Estado de Direito Democrático. Sublinhando isto, como foi demonstrado anteriormente, a actuação das FS encontra-se intimamente ligada àquilo que representa a segurança e a liberdade do cidadão, ou seja, e reduzindo agora mais o panorama de actuação, não podemos falar de OP, alheando-nos dos direitos fundamentais das pessoas. Por isto, e tendo sempre presente o paradigma actual da sociedade democrática, exige-se que, a uma sociedade em tão constante e fácil mudança, responda uma polícia inovadora que procura a melhor forma de actuação. Neste quadro, incluem-se os vulgares rituais de protesto, onde na sua forma mais expressiva e comum, assumem o carácter de manifestações.

Foi este o quadro que balizou inicialmente este trabalho de investigação, permitindo-nos corroborar algumas conclusões. Como:

- Face às lacunas da lei, o trabalho da FS é dificultado, exigindo um maior esforço no que toca aos trâmites da actuação em cenários de manutenção e reposição da OP (maioritariamente manifestações); e logo, exigindo uma maior formação e capacidade técnica e táctica por parte daqueles que não vêem apenas a sua acção imperativamente sujeita à norma, mas também, ao conjunto de valores vigentes da sociedade;

- O fenómeno manifestante em Portugal é pacífico, sendo a maior parte das manifestações devidamente enquadradas por organizações com experiência neste campo.

Isto, reduz o risco de possíveis incidentes, mais prováveis de acontecerem, quando existe a heterogeneidade na massa manifestante;

- Ainda existem aos olhos da nossa sociedade as profissões ditas masculinas, no entanto, apesar da PSP ser considerada como uma, as perspectivas de carreira nesta força por parte das mulheres é cada vez mais uma opção;

- Existem características próprias e exclusivas da feminilidade da mulher na nossa sociedade que devem ser aproveitadas para ajudar a construir os valores da polícia actual;

- Os números das mulheres polícias na PSP ficam aquém da maior parte dos nossos homólogos europeus, e até de países socialmente mais *instáveis* que o nosso. Esta evidência deve preocupar-nos, pois, uma polícia justa tem que preocupar-se por representar o mais fielmente possível a sociedade onde se encontra inserida;

- A igualdade de género institucional poderá ajudar a construção da igualdade de género social.

- A especificidade das funções, o risco que comportam, e todo o enquadramento orgânico do CI, fazem com que surja um forte espírito corporativo enraizado ao longo dos anos, acabando por criar uma forte CO resistente à mudança e à diversidade.

Foi esta a base teórico-conceitual que serviu a nossa pergunta de partida: **Será que neste momento, a mulher como técnica de OP será aceite no CI da PSP?**

Não obstante, e pese embora todo o anterior enquadramento, antes de tentarmos responder à nossa questão através das hipóteses formuladas, teceremos alguns comentários sobre os dados genéricos obtidos (não foram utilizados nestes qualquer tipo de correlação) aquando da aplicação do questionário. Assim, pudemos apurar que, dos inquiridos:

- **53,4%** são da opinião que as mulheres são bem aceites na PSP; o que nos leva a crer que a integração delas nos primeiros postos de trabalho (geralmente esquadras) dá-se sem qualquer controvérsia. **60,2%** pensam que existe espírito de camaradagem entre elementos femininos e masculinos, o que aponta também para uma boa integração da mulher ao nível das esquadras territoriais. De encontro a estes dois resultados, mas de um ponto de vista negativo, surge o facto de **63,4%** acharem que as mulheres são beneficiadas no que toca à igualdade de tratamento e às oportunidades, bem como, **67,7%** concordarem que as mulheres na PSP são protegidas.

- **53,4%** aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando, no entanto, apenas **21,1%**, acham que as mulheres tem capacidades de desempenhar qualquer tarefa policial, bem como, **60,2%** acham que o facto de ser homem

ou mulher interfere no desempenho da tarefa policial. Esta concordância remete-nos para o facto de os inquiridos não acreditarem que a mulher seja capaz de desempenhar as funções de um elemento do CI, contudo, não vêem qualquer problema em ela assumir qualquer função (até de chefia), desde que fora da unidade.

No que respeita à opinião sobre a actuação das FO no terreno (opinião retirada através de tabela onde se mediram valores liberais e valores conservadores), **52,8%** concordam que a intervenção deverá ser a mínima indispensável, mas, que essa actuação, deverá assentar numa primeira demonstração de força com vista à dissuasão – **76,4%**. Por isto, e por acreditarem que o diálogo não é o melhor caminho para interagir com manifestantes, **77,6%** dos inquiridos, não acredita que a utilização de mulheres nas linhas da frente policiais facilitaria o diálogo. A corroborar estes números, **60,3%**, acredita que a utilização da mulher nestes cenários é descabida e perigosa, o que nos remete mais uma vez para o pensamento sobre a incapacidade que a mulher tem neste momento para desempenhar funções de manutenção e reposição da OP.

Pelo exposto, podemos constatar facilmente que está hoje em dia presente no CI da PSP, uma filosofia de reacção e de acção musculada, encarada como sendo própria da função. Acreditamos que isto, esteja de tal forma entrosado na CO daquela subunidade, que, só com uma mudança a nível dos aspectos informais daquela CO se poderão chegar a objectivos concretos, nomeadamente, à alteração dos aspectos formais relativos aos métodos e procedimentos que devem imperar naquela unidade. Desta maneira, tentaremos agora perceber quais são as variáveis que mais afectam a aceitação da mulher naquela subunidade.

Pelas hipóteses já analisadas, constatamos que: a função desempenhada, a idade, e os valores dos inquiridos, fazem variar a opinião acerca da aceitação da mulher na PSP. Sobre isto, têm uma opinião mais positiva, a classe de Chefes, os indivíduos com mais de 35 anos e os indivíduos com valores mais liberais. Tudo isto nos remete facilmente, para a maturidade presente nos indivíduos. Se tivermos em conta que os indivíduos da classe de Chefes são geralmente mais velhos que os indivíduos da classe de Agentes; que os indivíduos com mais de 35 anos são comumente mais sensatos que os mais novos e que os indivíduos com valores mais liberais são regra geral mais ponderados, facilmente nos apercebemos que, um indivíduo com pouca experiência no CI da PSP não equaciona novas maneiras de acção. Ele, vive e é antes de mais aglutinado pela sua função, a de ser, um *homem do choque*.

Por isto, não cremos que os elementos da *velha guarda* sejam o principal problema na aceitação da mulher no CI. Aachamos antes, que as recentes recordações que têm os elementos mais novos do CI sobre as beneficências da PSP para com a mulher polícia é que os fazem reagir de forma mais negativa ao ingresso desta na PSP ou na subunidade. Um possível caminho para esta solução seria acabar com a discriminação positiva que a PSP e a UEP fazem com vista a terem mais mulheres nas suas fileiras, pois, só assim, se contribuiria para a construção de um maior sentimento de igualdade entre géneros. Não obstante, cremos também que, mais importante que tudo isto, é a necessidade de diversidade de género nas funções da PSP actualmente. Aqui, não nos referimos somente às funções genéricas da PSP, mas também, às da UEP e do CI. Se dentro desta subunidade interessa ter mulheres a desempenhar funções cabalmente operacionais em determinados contextos de manutenção e reposição da OP, então, tudo tem a instituição que fazer, para que os objectivos finais sejam alcançados. Se não são as características físicas da mulher da nossa sociedade que nos interessam neste tipo de unidades, mas sim as psicológicas, sociais ... então, teremos que recorrer a outros meios para lograr a aceitação da mulher.

Realçando então uma observação que nos serviu e este presente ao longo de todo o trabalho - *A emergência de um novo paradigma de sociedade apela justamente, entre outras características, à igualdade do género* (Amaro & Moura, 2008 p. 133) -, não cremos que os objectivos que se tentam alcançar ao longo destes anos todos passem apenas pelo reforço da igualdade na PSP, apenas por uma igualdade meramente institucional e pela igual capacidade profissional que as mulheres têm no desempenho da função; acreditamos sim, no impacto que pode criar a modernização e eficácia de um corpo de polícia que todos os dias luta por ser mais justo perante a sociedade exigente em que se vê inserido.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V.**, (2006). *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. 5ª Edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Amâncio, L.**, (1994). *Masculino e Feminino. A construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amaro, F., & Moura, R.**, (2008). *Igualdade de Género no Trabalho Situações problema e perspectivas de Futuro*. Lisboa: AEDES/ISCSP.
- Antón, C.**, – Factores y Barreras para el Acceso de la Mujer a las Organizaciones. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 27-31.
- Bardin, L.**, (1991). *Análise de Conteúdo*. 2ª Edição revista e corrigida, Lisboa: Edições 70.
- Beck, U.**, (1992). *Risk Society. Towards a new modernity*. Sage Publications.
- Beck, U., Giddens, A. & SLash, S.** (1994) *Reflexive Modernization. Politics, traditions and Aesthetics in the Modern Social Order*. Polity Press.
- CANAS, V.**, (2005). In *Colóquio de Segurança Interna*, (p. 187). Lisboa: ISCPSI.
- Carreiras, H.**, (1997). *Mulheres nas Forças Armadas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Castelão, M. P.**, (1997). *Homens e Mulheres em Armas: Confronto de duas Identidades*. Tese de mestrado em Comportamento Organizacional. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Cemillán, P.**, - Prevenir los Riesgos de Exclusión Social. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 27-32.
- Chiavenato, I.**, (2004). *Administração nos Novos Tempos*. Rio de Janeiro: 2ª Edição, Elsevier Editora.
- Clemente, P.** (2000), - Polícia no feminino. *Revista da Polícia Portuguesa*, 123, 21-22.
- Clemente, P.**, (2009). A Ordem em Público. In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp.120-138). Coimbra: Almedina.
- Dias, M.**, (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Durão, S., & Leandro, A.**, (2003). *Mulheres na Polícia*. Visibilidades sociais e simbólicas. In *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta Editora.
- Eco, H.**, (1995). *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*. 6ª Edição, Lisboa: Editorial Presença.

Espírito Santo, P. (2005). Sondagens à ordem pública e segurança: insuficientes para a democracia. In G. Valente (Org.), *Volume Comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências e Segurança Interna*. (pp. 289-310). Coimbra: Almedina.

Felgueiras, S., (2009). A actividade policial na gestão da violência. In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 139-162). Almedina, Coimbra, 2009.

Fortes, M., (2004). *Ordem Pública e Direitos Fundamentais*. Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.

Franco, S., (1993). – A Ordem Pública e os Direitos Fundamentais. *Revista da Polícia Portuguesa*, 81, p.27.

Great Britain. (2009). International Comparisons of Policing Protest. In *Adapting to protest: nurturing the British model of policing*. (pp. 39-48). Her Majesty's Inspectorate of Constabulary.

Hernández, M., - La contribución de la mujer a los valores de la policía. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 39-46.

Hill, M., & Hill, A., (2008). *Investigação por questionário*. 2ª Edição, Lisboa: Edições Sílabo.

Lucas, P., (2009). Reuniões, manifestações e actuação policial. In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 399-422). Coimbra: Almedina.

Machado, R., (2009). Poliedria do comportamento humano – Da agressividade e violência no comportamento de massas. In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 301-323). Coimbra: Almedina.

Marôco, J., (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Martínez, M., – La Mujer Policía en el Mundo. *Instituto de Estudios de Policía*, 77, 71-77.

Miranda, J., (1994). – A Ordem Pública e os Direitos Fundamentais. *Revista da Polícia Portuguesa*, 88, p.5.

Montalvão Sarmiento, C. (2005). Política e Segurança: Íntimas Ligações. In G. Valente (Org.), *Volume Comemorativo dos 20 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. (pp. 841-864). Coimbra: Almedina.

Oliveira, F., (2000). *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*. Lisboa: ISCPSI.

Oliveira, F., (2006). *As políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento – A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.

Pinho, V., (2009). O Direito de Reunião e Manifestação. A lei e a sua prática . In G. Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*. (pp. 163-211) Coimbra: Almedina.

Quivy, R., & Campenhoudt, LucVan., (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª Edição, Lisboa: Gradiva – Publicações S. A.

Saldanha, S., (2007). *A Mobilidade Funcional na PSP – O desempenho de funções não policiais por polícias*. Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.

Silva, P., (2007). *A tradução da economia*: Universidade de Pernambuco.

Silveira, C., (2008). *Obsessão Securitária na Sociedade do Risco: Segurança Pública e Resposta Simbólica*. Santa Maria.

DIPLOMAS LEGAIS E JURISPRUDÊNCIA

Constituição da República Portuguesa.

Código Civil.

Código Penal.

Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio de 2003

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto

Lei n.º 60/93, de 3 de Março

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro

Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro

Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro

Decreto-Lei n.º 131/77, de 5 de Abril

Decreto-Lei n.º 220/2006, de 03 de Novembro

Decreto-Lei n.º 250/98, de 11 de Agosto

Decreto-Lei n.º 34882, de 4 de Setembro de 1945

Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto

OUTROS DOCUMENTOS

Balanço Social de 2008 elaborado pela DN

Código de Conduta das Nações Unidas

Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Declaração sobre a Polícia.

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Directiva Estratégia n.º 10/2006 de 15 de Maio

Relatório do grupo de especialistas para uma abordagem integrada da Igualdade, Conselho da Europa, 1995.

ANEXOS

Anexo I – Questionário

Anexo II – Entrevista a Marta Silva, Coordenadora do Núcleo de Violência Doméstica/Violência de Género da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Anexo III – Entrevista a João Reganha Torrado, Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

Anexo IV – Entrevista a Pilar Rodriguez Castro, Jefe Subgrupo Operativo

Anexo V – Entrevista a José Ferreira de Oliveira, Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

João Miguel Amorim Lopes
Aspirante a Oficial de Polícia

ANEXO I



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Questionário

O questionário que se segue visa auxiliar na dissertação final de Mestrado em Ciências Policiais intitulada: **A mulher como Técnica de Ordem Pública: a sua aceitação no Corpo de Intervenção da PSP.**

O objectivo deste questionário é a recolha de informação junto dos elementos do Corpo de Intervenção, pois, para a realização deste estudo é necessária a opinião dos elementos que vivem a realidade no âmbito da temática proposta.

O questionário é confidencial e anónimo, logo, pedimos que expresse a sua opinião de forma sincera para que possamos tirar conclusões mais aproximadas á realidade.

Assinale com uma cruz nos campos propostos.

Muito obrigado pela sua colaboração

João Lopes – Aspirante a Oficial de Polícia

I. Caracterização Sócio-Demográfica

1 - Idade:

- ☐ 20 a 24 anos
- ☐ 25 a 29 anos
- ☐ 30 a 35 anos
- ☐ Mais de 35 anos

2 - Estado Civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ União de facto
- ☐ Viúvo
- ☐ Divorciado
- ☐ Separado

3 - Habilitações literárias

- ☐ Menos de 4 anos de escolaridade
- ☐ 4 anos de escolaridade
- ☐ 6 anos de escolaridade
- ☐ 9 anos de escolaridade
- ☐ 11 anos de escolaridade
- ☐ 12 anos de escolaridade/curso técnico
- ☐ Bacharelato ou curso médio
- ☐ Licenciatura/Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

II. Caracterização Profissional

4 - Categoria profissional:

- ☐ Agente
- ☐ Agente Principal
- ☐ Chefe
- ☐ Chefe Principal
- ☐ Subcomissário
- ☐ Comissário

5 - Antiguidade na PSP:

- ☐ Até 5 anos
- ☐ Entre 5 e 9 anos
- ☐ Entre 10 e 14 anos
- ☐ Entre 15 e 19 anos
- ☐ Entre 20 e 24 anos
- ☐ Entre 25 e 29 anos
- ☐ Entre 30 e 35 anos
- ☐ Mais de 35 anos

III. Opinião acerca da integração de elementos femininos

Para as seguintes questões utilize em cada um dos itens a seguinte escala:

- | | | |
|------------------------|-----------------|---------------------------|
| 1. Discordo Totalmente | 3. Nem discordo | 4. Concordo |
| 2. Discordo | nem concordo | 5. Concordo
totalmente |

6. Da realidade que conhece e tendo em atenção a facilidade/dificuldade de integração dos elementos femininos, na sua opinião: (para cada uma das alíneas, assinale com um **X** o espaço correspondente à sua opinião)

1.Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos na PSP	1	2	3	4	5
2.Existe igualdade de oportunidades e de tratamento entre elementos masculinos e femininos com funções policiais	1	2	3	4	5
3. Existe espírito de camaradagem e entreaajuda entre elementos masculinos e femininos	1	2	3	4	5
4. Os elementos masculinos com funções policiais aceitam bem a presença de elementos femininos em funções de chefia/comando	1	2	3	4	5
5. As mulheres dão provas de boa capacidade de desempenho de qualquer tarefa policial	1	2	3	4	5

7. Relativamente à integração de Mulheres nas Forças de Segurança é frequente aparecerem diferentes opiniões. Gostaríamos de saber qual o seu grau de concordância com as seguintes afirmações: (Para cada uma das alíneas, assinale com um **X** o espaço correspondente à sua opinião).

1) As mulheres polícias têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem	1	2	3	4	5
2) Na PSP as mulheres têm que adaptar-se aos valores Masculinos (alguns militares) e alterar a sua maneira de ser	1	2	3	4	5
3) As mulheres têm que se esforçar mais que os homens para ocuparem o seu lugar e o seu trabalho ser reconhecido	1	2	3	4	5
4) As mulheres polícias são muito controladas nas suas actividades	1	2	3	4	5
5) Na PSP as mulheres são antes de mais vistas como mulheres e só depois como polícias	1	2	3	4	5
6) Na PSP as mulheres são protegidas	1	2	3	4	5
7) Na PSP o facto de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenho da tarefa policial	1	2	3	4	5
8) Durante o período de instrução as mulheres são estimuladas a deixar os seus comportamentos tipicamente femininos	1	2	3	4	5

8. Relativamente à intervenção em situações em que seja necessário a manutenção ou reposição da Ordem Pública (neste caso específico, pense apenas em cenários de desordem por manifestação) **gostaríamos de saber qual o seu grau de concordância com as seguintes questões:** (para cada uma das alíneas, assinale com um **X** o espaço correspondente à opinião)

1) A intervenção deverá ser a mínima indispensável	1	2	3	4	5
2) A intervenção deverá ser musculada, com base numa demonstração de força para incentivar a dispersão	1	2	3	4	5
3) A intervenção deverá ser máxima e reactiva, tendo como fim último os objectivos das Forças da Ordem.	1	2	3	4	5
4) A intervenção deverá estabelecer um equilíbrio entre os objectivos das Forças da Ordem e os objectivos dos manifestantes	1	2	3	4	5
5) A intervenção deverá respeitar acima de tudo os Direitos dos manifestantes	1	2	3	4	5
6) O diálogo é o melhor caminho para atingir os objectivos das Forças da Ordem	1	2	3	4	5
7) A utilização de mulheres na linha da frente seria um bom meio para facilitar o diálogo com os manifestantes	1	2	3	4	5
8) A utilização de mulheres em cenários de manutenção e reposição de Ordem Pública é descabida e perigosa	1	2	3	4	5
9) A utilização de mulheres nestes cenários dá uma imagem de democratização da PSP	1	2	3	4	5

ANEXO II

ENTREVISTA N.º 1

Nome: Marta Silva

Função: Coordenadora do Núcleo de Violência Doméstica/Violência de Género da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Entrevistador: João Miguel Amorim Lopes

Data da recolha: 15/02/2011

1- Acha que ainda existem, na nossa sociedade, as profissões ditas masculinas?

Digo-lhe já que sim, em termos de senso comum as pessoas continuam a achar que há profissões que claramente são para homens e profissões que são para mulheres. O que se calhar não existe hoje é o peso destas ideias como havia há uns tempos, mas ainda hoje há ideia de profissões que claramente são para homens e profissões que claramente são para mulheres, na minha opinião isso vê-se claramente na população mais jovem, nos adolescentes que começam a pensar no seu futuro profissional e hoje há profissões que já se consideram poder ser desempenhadas por homens e por mulheres, e há uns anos não, mas há outros que continuam a pensar que há umas profissões que são somente para homens e outras para mulheres. Eu por acaso penso que as forças de segurança é o grupo profissional que tem vindo a sofrer mais alterações nesse aspecto.

2- Qual a opinião que a sociedade tem acerca das mulheres que desempenham essas profissões?

Pois, uma coisa é o que a instituição pensa sobre a entrada das mulheres no seu seio, outra é o que a população pensa, porque eu não sei até que ponto o tipo de população (rural ou urbana), idade, nível sociocultural... influência. Ou seja, se já temos uma aceitação tão clara da imagem da mulher polícia. Eu penso que hoje as raparigas pensarem em ir para a polícia já não é uma ideia longínqua, pelo contrário já é um projecto de vida.

Por outro lado, o que eu não sei é se em situações limite de segurança pública, ou seja, numa situação limite em que a polícia tem de intervir, como se processa a reacção dependente de quem for a autoridade, e não digo numa situação limite que implique a força de intervenção, mas situações que podem gerar-se no nosso quotidiano. No entanto, isto tem muito a ver com as características pessoais de cada um, mas eu penso que se a pessoa

for uma mulher corre muitos mais riscos de não ser legitimada a sua acção e muito mais penalizada caso faça algo que não se pretende, uma vez que esta mais no centro das atenções.

3- Então, tendo em conta a imagem da mulher na nossa sociedade, pensa que tem maior capacidade para resolver conflitos de tensão?

Há um dado que parece consensual de que grupos mistos são sempre considerados mais equilibrados do que grupos só constituídos por homens, de uma maneira geral, eu acredito que o efeito de haver uma linha constituída por homens e mulheres, possa, de um ponto de vista psicológico criar menos animosidade, isto é tendo em conta que a polícia pode ser considerada com alguma aversão, eu acredito que uma linha constituída por homens e mulheres possa ser sentida com menor receio do que se for somente constituída por homens, claro que numa situação de ânimos mais exaltados, isso trará as suas consequências, mas é capaz de ter um efeito mais integrador, mais apaziguador, pelo menos de não criar um efeito tão negativo.

Uma coisa são as forças de segurança pública, e aí nos temos a intervenção da PSP em qualquer situação, nomeadamente a de um comício, a de uma manifestação, daí o tal efeito apaziguador que pode ter, outra coisa é outro tipo de forças, as designadas forças de intervenção que na minha óptica tem de ter as características indicadas para esse tipo de funções independentemente de serem homens ou mulheres, tem de ter uma intervenção rápida. Eu não sei é se essa intervenção rápida pode beneficiar da forma como homens e mulheres podem lidar com as suas competências e com as suas qualidades de intervenção rápida. Voltamos novamente as características individuais, quem é que se candidata ou quem é que pensa em fazer um curso desses de intervenção rápida, até agora ninguém, mas pode existir uma mulher que queira e que tenha capacidades absolutamente excepcionais para desempenhar esse tipo de função, são as suas características, tal como os homens, as suas características psicológicas

Na minha óptica tanto podem ser homens como mulheres nessas funções e é certo que mediante a formação e preparação que têm podem reagir de uma forma desadequada e pouca apaziguadora, obviamente que muito provavelmente pode suceder, mas isso sucedera tanto com homens como com mulheres, nós consideramos é que é mais natural para nós que os homens façam isso. Isso tem a ver com as expectativas, nós consideramos que para os comportamentos masculinos justifica-se que ao estar preparado para intervir se tenha uma reacção pouco apaziguadora, numa situação em que o comportamento não seja

o adequado, mas, pode suceder, tanto o homem quanto a mulher tendo essa formação, o que acontece é que nós penalizamos mais a mulher se o fizer do que penalizamos o homem, porque as nossas expectativas quanto ao homem são de que os homens têm mais comportamentos que são mais normais neles e quando elas fogem à regra são mais penalizadas.

Mesmo assim, as mulheres nas forças armadas tem um impacto importante de opinião publica, eu acho que só com o tempo e com o passar dos anos é que isso vai mudar, se calhar a primeira coisa que vinha desafiar era precisamente esse estereotipo de que as mulheres tem sempre um carácter apaziguador, só está nas posições para por agua na fervura, quando começarem a haver mulheres que não põem agua na fervura, porque as vezes o objectivo não é por água na fervura eu acho que é uma mensagem importante em termos sociais, porque há mulheres que não põem agua na fervura.

4- Relativamente à integração da mulher na UEP. Acha que as provas de acesso deviam ser diferenciadas?

Penso que desde que isso não ponha em causa a capacidade, em primeiro lugar individual e depois do colectivo que tem de reagir, sim. Há uma intervenção e há determinados objectivos que são os objectivos que se pretendem com um tipo de unidade destas, aí, desde que a diferença de provas não ponha em causa o tipo de respostas tudo bem, até porque obviamente há diferenças em termos físicos entre homens e mulheres.

No fundo qualquer processo de selecção passa sempre pelas características individuais, tendo consciência disso ou não, é preciso que o individuo tenha um determinado perfil físico e psicológico, ora bem, isso só se vê individuo a individuo, ainda que as regras sejam aplicados igualmente e depois seja constituído um corpo que possua todas aquelas características... O que é certo, independentemente de serem homens ou mulheres, é que qualquer sistema de recrutamento que tem critérios claros de selecção se baseia na analise individuo a individuo das características individuais, e são estas que jogam para que a pessoa seja seleccionada ou não. A não ser que haja um filtro logo ao inicio onde as pessoas possam ver se for homem obviamente que será esta característica ou aquela, se for mulher ela obviamente que terá esta característica ou aquela, ou não terá. Agora, se não houver aquilo que nos chamamos o preconceito, ou seja, a ideia anterior a experiência, é apenas a experiencia de analisar aquele individuo, seja homem ou mulher que me fará levar à conclusão, se está ou não esta à altura dos critérios que eu tenho de utilizar, esqueço o que eu penso sobre as mulheres e os homens e aplico-os de qualquer forma.

5- Até que ponto a integração da mulher nestas unidades, e consequente interacção com o cidadão, contribuirá para uma maior igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade?

Eu acho que pode ser importante, e isto aplica-se também aos homens, o facto de escolherem profissões que regra geral se atribuem às mulheres. O facto de haver mulheres que entram em cursos e em tipos de actividades que são consideradas muito masculinas e havendo mulheres que entram porque se revelam à altura daqueles requisitos e de ter aquela formação e de desenvolver aquelas capacidades físicas e psicológicas, ao longo de uma determinada formação, isso na minha óptica é muito importante e por vezes é mais importante que entrem poucas em actividades que são muito masculinas do que haver muitas em actividades que já são consideradas tanto para homens como para mulheres. Assim, principalmente para a população em geral e sobretudo para a população jovem, a ideia de que tanto eles quanto elas se quiserem podem optar por aquela profissão, e repare, a igualdade é isto, é eles e elas acharem que, independentemente de serem homens ou mulheres têm direito se quiserem, a optar pelas mesmas profissões, pelas mesmas actividades, pelas mesmas carreiras, pelos mesmos projectos, podem fazê-lo mas depois se conseguem ou não é outra coisa e tem a ver com as características pessoais.

Uma coisa é escolher, porque a pessoa se acha a si próprio com direito a poder escolher e outra coisa é as pessoas aceitarem que tanto eles como elas podem escolher as mesmas profissões, isto é que é a igualdade, é as pessoas quer tenham nascido homens ou mulheres possam fazer as mesmas opções e obviamente possam escolher aquilo que querem fazer de acordo com as suas características pessoais, mas mais que isso, é eu olhar para aquela profissão ou para aquela, para todo aquele leque de profissões e de todas as variantes dentro da mesma profissão, como no caso em questão nas actividades das forças de segurança em que há varias variantes, diferentes grupos e eu poder olhar para aqui ou para acolá, seja homem ou mulher, e isto é que é igualdade que é o direito de poder escolher... depois o percurso já é outra, mas isso é valido para todas as profissões e para todas as pessoas independentemente de serem homens ou mulheres, isto é, isso já é a mesma coisa do que eu gostava muito de ser pintor e sou um desastre porque não consigo fazer duas linhas direitas, não tenho a mínima noção do que é cor e sou daltónica por exemplo e gostava de ser pintor mas como é que poderia ser.

Para a comissão o conceito de igualdade é este, é um princípio de organização social, não tem nada a ver com as pessoas serem iguais porque não são, repare que o oposto de

igualdade é desigualdade não é diferença, você tem isto, o oposto de igualdade é desigualdade e estamos a falar de direitos de organização social, isto aqui é outro nível, tem a ver mais com o carácter deontológico, isto é as pessoas e as suas características psicológicas, sexuais etc. São semelhantes ou são diferentes é outro nível que não tem nada a ver com este. E a igualdade permite o direito das pessoas, independentemente de serem diferentes poderem aceder aos mesmos direitos, a igualdade assegura a diferença, o direito à diferença. Eu tenho direito a ser diferente mas não é isso que me tira o direito aos direitos que existem que todas as outras pessoas têm e isto tem a ver com organização social.

Muitas vezes as pessoas colocam a igualdade no mesmo patamar que a diferença, exactamente homens e mulheres são diferentes e são-no, mas enquanto indivíduos, está comprovado que há mais diferença entre mulheres entre si e entre homens entre si do que entre homens e mulheres, São coisas distintas, por isso é que estávamos a defender o direito a poder escolher, pois é ele que dá a tónica da igualdade. Se homens e mulheres estiverem numa determinada sociedade em que não podem escolher, isto porque não se considera que é próprio para elas, ou se eles não puderem escolher aquilo porque não é próprio para eles não estão ambos em igualdade de poderem escolher isto ou aquilo, o que não significa obviamente, voltando às tais características individuais, que as pessoas tem as suas características individuais, mas independentemente delas as pessoas tem sempre os mesmos direitos. Eu não me posso candidatar a hospedeira de bordo porque não tenho 1.70m, há características minhas que não me permitem aceder às coisas, mas, porque não posso, não quer dizer que não possa escolher. Logo, se não tem preparação física, já estamos a outro nível....

ANEXO III

ENTREVISTA N.º 2

Nome: João Reganha Torrado

Função: Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

Entrevistador: João Miguel Amorim Lopes

Data da recolha: 14/03/2011

1- Face à sua vasta experiência na organização de manifestações, como classifica as relações da polícia com os organizadores nesses cenários?

Eu considero que em termos globais as relações com a polícia ou a instituição nesta área de intervenção, das manifestações, das relações dos trabalhadores com a polícia são relações normais que fizeram o seu percurso, que tiveram momentos mais intensos e momentos mais calmos. Houve um período de aprendizagem no período pós 25 de Abril até aos dias de hoje, nota-se que houve um percurso feito nessa matéria. As relações institucionais sempre foram relações normalíssimas, não queria classificá-las de boas ou más, mas eu diria que tem tido aspectos bastante positivos, e que pontualmente podem ter sido salpicadas aqui ou além por algum desentendimento, mas que não significa que seja a regra, quer por parte dos trabalhadores, quer por parte da instituição. São relações normais, diria mesmo boas. Nós temos uma prática quando temos manifestações, que é a de estabelecer sempre contacto com quem tem responsabilidades no terreno, e já temos tido aí iniciativas de grande dimensão em que podemos dizer que têm sido essa relação prévia de estabelecer regras e normas que tem ajudado a que possamos dizer que em todas as manifestações, as grandes acções de massas que fizemos no nosso país não tem havido qualquer conflito, nem qualquer necessidade de intervenção, quer do Corpo de Intervenção da PSP, quer de outra força da PSP. Aliás, e quando se der essa necessidade, essa intervenção será com o conhecimento da organização da manifestação e do quadro da manutenção para que o evento, iniciativa ou acção decorra com normalidade. Foi uma experiência que se foi construindo. Já não se pode fazer a mesma afirmação em relação a algumas situações pontuais de intervenção da instituição em conflitos de relações, aí, não poucas vezes, portanto, não direi que seja uma questão global, mas não poucas vezes tem havido intervenções isoladas em conflitos laborais onde, na nossa opinião, a polícia, ao intervir no conflito põe-se do lado de uma das partes, e regra geral, é sempre da parte solicitadora. Não direi tirar partido, mas colocar-se ao lado de uma das partes, e que nunca é do lado dos trabalhadores, na medida em que, não são estes que solicitam a intervenção. Regra geral, é

solicitada pela administração, pelo patrão e tendencialmente há estes problemas, que depois consegue-se resolver posteriormente, quando nós conseguimos chegar ao diálogo. Consegue-se manter, pelo menos, a naturalidade, coisa que na intervenção inicial é sempre difícil. O diálogo é fundamental, o saber os espaços de intervenção de cada um também é fundamental antes de uma manifestação. Vamos ter agora uma manifestação do dia 19, antes desta manifestação solicito uma reunião com o comando e dizemos: vai-se passar isto, nós vamos funcionar assim, a nossa organização vai ser esta e tudo o que sair desse quadro não temos nada a ver . Ou seja, a preparação e o diálogo são fundamentais.

2- Como caracteriza o fenómeno manifestante em Portugal? Qual acha que será o futuro?

Até este momento, penso que tem sido normal, pacífico. Dentro do quadro, daquilo que costumamos chamar, o quadro democrático, pelo menos. Não quer dizer que não haja; eu estou a falar de iniciativas organizadas por organizações identificadas, mas não me estou a referir àquelas extras que eventualmente tentam pôr “os ovos no ninho dos outros” e aí às vezes há situações. Nas manifestações comuns, têm sido relações normais e boas mesmo. Considerando a experiência que a CGTP tem na organização de manifestações, é com alguma facilidade que são atribuídas responsabilidades à CGTP, embora os outros também tenham que dar a sua quota de responsabilidade. E nessas, por estar presente gente de massa mais diversa, por exemplo, numa manifestação da CGTP a um dia de semana, tendencialmente, é gente de trabalho e que não está para vir para a confusão. Não se levanta às cinco da manhã para vir para aqui andar à pancada ou para arranjar conflito, é uma massa mais específica. Noutras manifestações mais amplas, que envolve outras camadas com outras características mais diversas, pode surgir pontualmente situações de malta que não aceita que a própria organização diga: é aqui, é por aqui que temos que ir, não vimos cá para partir vidros, e há malta que se torce com as regras...

3- Qual a sua opinião sobre os elementos responsáveis pela Ordem Pública da PSP?

Por exemplo, na cimeira NATO, tivemos reuniões para trocar informações de quem estava por dentro, e por fora. Há uma relação de confiança, mas por exemplo, nessa manifestação, a força tinha uma característica muito específica, a força de intervenção tinha um papel de persuasão em que estava à vista com o sinal de dizer assim: não se metam em confusões porque nós estamos cá, e se for preciso... Exactamente, e isso nalguns aspectos funciona

como persuasor, noutro aspecto tem características intimidatórias, é esse o objectivo, mas, eu por exemplo, e a malta que funciona comigo, sabemos que a força de intervenção existe, não está visível e considero que é muito mais positivo esta atitude para a própria instituição PSP, porque sabemos que existe, que está presente, se for necessário intervém. Isto é muito mais positivo do que estar ali ostensivamente quando não há necessidade. A da NATO foi apenas uma, mas há outras. É que nós sabemos que há grupinhos que estão ali, e na manifestação não entram enquanto nós podemos. Dentro das manifestações resolvemos nós os problemas, fora da manifestação contactamos a PSP. Fizemos um cordão, tudo isto teve uns antecedentes e o problema esteve nos antecedentes porque essa mesma organização que teve de desfilar à parte nunca se quis descomprometer. Quem tratou da legalização da manifestação fomos nós e eles depois vieram anunciar que vinham participar. Nós dissemos sim, vêm participar mas as regras são estas e eles aí disseram não. Também sabíamos que debaixo do chapéu dessa organização estava a chegar de fora muita gente e essa organização estava a servir de chapéu-de-chuva para dar cobertura ao resto, e nós não queríamos ser sócios de possíveis conflitos. Conseguimos controlar, nós sabíamos que esses sujeitos aparecem ali como meninos bonitos e que de repente transformam-se. Quem está na manifestação pacificamente com os filhos, netos, não se sente bem, e bastam sete ou oito para destabilizar. É que depois a força de intervenção vê-se obrigada a intervir, e não olha para os olhos, não pensa se este é ou não é. Todas as medidas têm sido tomadas antes para evitar chegar à solução final. Tudo o que tinha sido combinado foi cumprido à risca. Nós chegamos, e a nossa preocupação, porque não queríamos que anoitecesse connosco ali, era acabar aquilo durante o dia e abandonar imediatamente os restauradores. A partir do momento em que nós dizemos que está encerrada a manifestação, a malta que tinha vindo à nossa manifestação ficava livre e ia para casa. Em nenhum país eu vi fazer como Portugal, e não estou a dizer para gabar ou coisa assim, mas nós fizemos duas cimeiras da NATO, uma em Belém, outra na FIL. Nós tivemos das maiores manifestações e cumprimos todas as regras e passamos mesmo à frente da casa de Belém. E em nenhum outro país se viu isso. Tivemos outra grande manifestação, que foi acabar ali no Parque das Nações, e tão simples como isto, nós tínhamos um palco montado num determinado sítio, eu assumo que entendi mal o que se tinha combinado, sobre o local do palco por questões de segurança. A manifestação era de tarde, e de manhã, telefonam a dizer que o palco não podia estar situado naquele sítio. Agarramos, metemo-nos num carro e levamos o palco todo para outro lado. Tem que haver muita responsabilidade das organizações.

4- Acha que numa situação de tensão a Polícia devia optar por utilizar elementos femininos na linha da frente com vista a acalmar os ânimos e a tentar a mediação?

Eu tenho trabalhado com uma serie de mulheres que têm hoje cargos de chefia na PSP, e em termos de comando já encontrei de tudo, encontrei mulheres com uma sensibilidade muito grande, que conseguem através das palavras resolver o problema e encontrei já quem é de um estilo um bocado fechado e diz: é assim, é assim. Por exemplo, nós nas manifestações, ao contrário do que vemos nos outros países, em que vemos ostensivamente a polícia a meter-se á frente das manifestações, a fazerem cordões, nós somos da opinião que isso não deve ser feito. Isso é nossa responsabilidade, o cordão é nosso, enquanto há condições nós fazemos assim, há-de chegar um dia em que possam não haver condições, mas enquanto as há, nós queremos fazê-lo. Não queremos aquele aspecto ostensivo, que dá uma ideia que não corresponde à realidade. Além disso, felizmente para nós trabalhadores, não se tem desenvolvido muito no nosso país aquele grupo anarquista, que normalmente surgem nas manifestações, por exemplo, na Grécia ou noutros países assim. Isto transmite uma péssima imagem, e depois a comunicação social o que é que nos dá? Conclusão, a polícia a malhar, gajos a fugir encapuçados, outros com cocktails molotov.... No nosso país tivemos algumas tentativas, mas temos conseguido controlar as situações. Nós tivemos aí, no 25 de Abril, por exemplo, em que nós fizemos a manifestação e eles estavam no Martim Moniz. Toda a gente estava indignada com eles, pintaram umas montras de um banco, etc. Outra, nós tivemos uma manifestação em que tudo começou já no final da manifestação e então o que é que acontece, havia uma pessoa bêbada, estava no restaurante e não quis pagar e o responsável do restaurante chama a polícia. Surgem dois polícias e a malta confunde as coisas todas e como viu o cassetete da polícia, não sei porquê, associaram à polícia de intervenção. Viram aquilo e criou-se ali um *zururu* à parte da manifestação. A comunicação social agarrou naquilo e diz: no final da manifestação houve confrontos. Até nas manifestações em muitos desses países, são grupos organizados e que a comunicação social agarra e diz que houve confrontos e depois, uma pessoa vai ver o que realmente se passou, e afinal não houve nada. Isto é uma coisa em que nos vemos com imensas dificuldades. Aquilo que é transmitido dos outros países na comunicação social no nosso país também não nos ajuda nada. As pessoas pensam: não levo o meu neto, nem o meu filho, para quê? Eles acabam sempre em confrontos com a polícia. É assim que as pessoas começam a pensar. São manobras que induzem as pessoas.

ANEXO IV

ENTREVISTA N.º 3

Nome: Pilar Rodriguez Castro

Função: Jefe Subgrupo Operativo

Entrevistador: João Miguel Amorim Lopes

Data da recolha: 14/03/2011

O presente documento constitui a resposta possível às questões colocadas pelo Aspirante a Oficial de Polícia João Lopes, no âmbito da Dissertação Final de Mestrado Integrado.

O conteúdo desta recolha de dados reflecte as opiniões sustentadas pela formação, estudos e experiências relativamente às matérias apresentadas, os quais resultam, em muito, das funções e cargos exercidos no Cuerpo Nacional de Policía. Não obstante, apenas vinculam o signatário.

**1- Iba a pedir para que se presentase un poco mejor, haciendo un pasaje por el
percurso en el CNP. Esto es importante para contextualizar la entrevista.**

Yo entré en la policía en marzo de 1984, en la academia de Madrid porque Ávila solo empezó al año siguiente.

Después de un año de academia, fui destinada a Barcelona donde pase por varios puestos como radio patrullas, sala del 091, servicio de informática.

Después fui destinada a Hospitalet donde estuve en un grupo de investigación, ascendí a oficial y me fui al aeropuerto de Barcelona en el año 1992 .

Estando allí, realice el curso de U.I.P (Unidad de Intervención Policial) y me fui a UIP de Coruña realizando servicio en las olimpiadas y en la expo del 92.

Al año siguiente se crea un grupo en Vigo donde estuve hasta 1997 que ascendí a Subinspector, y fui destinada a Vilagarcía para la Policía Judicial.

Dos años ,mas tarde lo fui para Vigo para la ODAC (Oficina de atención al ciudadano), y en el año 2001 me fui a la Policía Científica hasta el 2008 que me vine para aquí (CCPA – Centro de Cooperação Policial e Aduaneira).

- 2- El objetivo de esta entrevista es tener la opinión de una operacional de policía que izo parte de una unidad antidisturbios en un país de la Europa. Partiría ahora entonces para aquello que son las cuestiones fundamentales.**

Quais son las misiones de la UIP?

Las misiones de la UIP baseam-se en la seguridad ciudadana (Orden público), la protección de la casa real, protección de autoridades, e grandes eventos deportivos como el futbol, olimpiadas..., asi como espectáculos que aglomeren gran cantidad de masas.

- 3- Pelo que eh apurado, el ingreso de la mujer en UIP fue en 1992, lo que la lleva probablemente a ser de las primeras mujeres a ingresar en esa unidad.**

Como fue la admisión de mujeres? Es diferente de la de los hombres?

Pues, no estoy segura, porque cuando ingresé ya había algunas mujeres en la UIP de Madrid. Cuanto á la admisión, es simple. Se convocan plazas en nuestra intranet e después se prestan pruebas. Hay que hacer pruebas físicas, psicotécnicas, de decisión, e después de admitido se está un mes en el curso. La única diferencia en las pruebas físicas es que los hombres corrían dos quilómetros e nosotras uno, pero el resto era igual, la piscina, subir la cuerda era igual e la prueba de decisión era para todos igual también. Pero para yo non extrañe porque cuando entre en la policía las pruebas eran iguales para todos también, lo que variaba era el tiempo.

- 4- Cuanto a la formación? Es igual para todos también?**

Si, desde las clases, la gimnastica, hasta lo que es mismo tema antidisturbios – bajar de las furgonetas, tiro...- era todo igual, desde la admisión a la formación fue siempre todo igual, lo hacia el grupo todo, desde las clases hasta el correr por el monte.

- 5- E después de la formación? La Integración en las funciones era para todos igual? Tuvo desde luego una función operacional?**

Yo integre como jefe de equipo, tenía una furgoneta con, entre seis a ocho hombres e distribuía el trabajo que el jefe de subgrupo me transmitiese. Estuvo siempre en funciones operacionales. Pero también sé que, cuando entre, algunas de las mujeres que habían en esa unidad hacían parte del gabinete del jefe de la UCI (Unidad central de intervención), e acompañaban siempre lo jefe, sobretodo cuando se tratase de cuestiones de periodismo .

- 6- Relativamente a escenarios de acción. Llego a estar en senarios en que fuese necesario la restitución del Orden Público?**

Si, por supuesto. En Madrid algunas veces pero en Vigo más. Apesare de ser una ciudad más pequeña estuvimos ahí en un periodo un poco conturbado. Fue cando construyeran la empaquetadora de basura en 1994/1995 eran todos los días problemas, quemaban

contenedores en las calles... Vigo es muy problemático porque tienen mucha gente trabajando en la industria del metal e astilleros.

7- Para sí, es una ventaja la utilización de la mujer en estos escenarios? Ó cree que su actuación es igual a del hombre?

Yo creo que eso nos es una cuestión de género, si no del carácter de la persona. Creo que las mujeres tienen un problema añadido, en casos de ser gente muy violenta se creen que van a poder contigo, entonces tienes que utilizar la fuerza antes que un hombre, para demostrar que no te pueden pisar. La actuación cambia mucho con el tipo de manifestante que tienes por delante. Como jefe tuvo situaciones muy delicadas, no tanto por el clima de la acción, pero más por decisiones que tuvo que tomar, tienes que decidir prontamente cual es el menor prejuicio e el menor daño que puedes tener. Al final tanto da ser hombre o mujer.

8- La mujer nunca es utilizada como apaciguadora de ánimos?

En UIP la mujer va siempre como el hombre, con el mismo uniforme, de casco o no, pero en equipa, la gente te ve como siendo de los antidisturbios, no te ven como hombre o mujer.

ANEXO V

ENTREVISTA Nº 4

Nome: José Ferreira de Oliveira

Função: Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Entrevistador: João Miguel Amorim Lopes

Data da recolha: 24/03/2011

O presente documento constitui a resposta possível às questões colocadas pelo Aspirante a Oficial de Polícia João Lopes, no âmbito da Dissertação Final de Mestrado Integrado.

O conteúdo desta recolha de dados reflecte as opiniões sustentadas pela formação, estudos e experiências relativamente às matérias apresentadas, os quais resultam, em muito, das funções e cargos exercidos na Polícia de Segurança Pública. Não obstante, apenas vinculam o signatário.

1- Considera que estamos preparados em termos de ordem pública para acolher grandes eventos?

Sim, acho que neste momento já temos *know-how*, ou seja, conhecimento adquirido para conseguir e levar a cabo em Portugal grandes eventos, e isso foi visível quer no Europeu de futebol, quer agora na cimeira NATO

2- Aquando do acompanhamento das manifestações da cimeira NATO pareceu-me que houve demasiada ostentação, ou seja, demasiada imposição de meios por parte das Forças da Ordem. Como comenta este facto?

É certo que neste domínio estamos sempre numa constante aprendizagem, e se efectivamente foi feita alguma coisa menos positiva em termos de meios policiais teremos que corrigi-la. O que é certo é que o resultado final acabou por ser positivo, até pelo facto de não ter havido necessidade de utilizar a força. É normal que corra sempre algo menos bem, pelo que, a actualização e a aprendizagem são fundamentais. Temos o exemplo de observadores internacionais que vieram estudar a realidade em Portugal e obviamente que as conclusões desse estudo podem ser aproveitadas para retirarmos conclusões.

3- Analisando agora o caso português, considera o fenómeno manifestante em Portugal pacífico?

Claro, é uma prática institucionalizada, pacífica e um claro exemplo disto foi a recente manifestação denominada de *Geração à rasca*, que sendo uma manifestação inorganizada, sem uma liderança previamente assumida em que as pessoas foram convocadas através das novas tecnologias, não deu problemas. Foi uma manifestação que fugiu à modalidade tradicional de enquadramento que tem a CGTP, os partidos e os demais serviços que desenvolvem este tipo de acções e, no entanto, correu bem. O que não significa, pela heterogeneidade dos grupos que compõem este tipo de manifestações, que uma próxima manifestação corra bem. Temos que ter em conta que estas massas heterogéneas são compostas por gente de extrema direita, extrema esquerda, anarquistas... e por isso, pelo não enquadramento que têm pode correr mal, o que nos obriga a estar preparados também neste tipo de eventos.

4- Relativamente à actuação da PSP, porque é que não se faz uso frequente de unidades com capacidade técnico-táctica (CI) para lidar com o fenómeno manifestante?

Como sabe, a subunidade CI é uma unidade de reserva. Ora, tendo o comando as suas próprias forças, esta unidade só deverá ser utilizada quando existir a percepção que vai haver um grau de confrontação para o qual as forças territoriais não estão preparadas, ou, se a massa for demasiadamente grande que obrigue a tal. Da mesma maneira, se as informações que se têm não indicam que há risco, não se deve fazer uso de tais unidades. O que está em causa é o risco e o grau de ameaça, porque temos manifestações com um elevado número de pessoas que não comportam qualquer risco. Esse é o factor fundamental que deve decidir a solicitação ou não do CI pelo comandante do comando territorialmente competente. No entanto, as primeiras forças do comando devem ser sempre as primeiras a intervir e devem estar preparadas. Por exemplo, todos os elementos das EIR'S têm um curso de Técnicas e Intervenção Policial, o que os leva a ter competência no domínio que estamos a falar. Para além disto, uma das preocupações policiais é a de respeitar a pirâmide dos níveis de força.